ANÁLISE 2012

Uso Público e Parcerias para Conservação e Desenvolvimento

A perspectiva dos Gestores de Unidades de Conservação do Brasil

SEMEIA

ESTE RELATÓRIO FOI BASEADO NO CONCURSO

Gestores Disseminadores de Conhecimento

1º Faça a sua inscrição e ganhe o livro

Inscrições encerradas.
Foram 500 formulários recebidos!
439 exemplares distribuídos do livro "Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados".

2º Divulgue o Concurso e concorra a um iPad

André Luiz Campos Tebaldi é o ganhador do Ipad!
No site do Semeia, ele conta qual foi a sua estratégia.

Você já doou o seu livro?

Nos informe!

https://www.surveymonkey.com/s/bibliotecasgestores

3º Doe o seu livro e democratize o conhecimento

Sumário

• Carta de Abertura 4

• Principais Resultados 5

• Devolutiva dos participantes sobre esta análise 6

1 – Notas metodológicas 7

1.1 Iniciando a análise 9

2 – Caracterização geral da amostra 10

3 – Situação do uso público nas UCs 14

4 – Turismo e parcerias na visão dos gestores das UCs 20

5 – Condições para concessão 26

6 – Apêndice: Unidades de Conservação que não permitem turismo pública 31

• Sobre o Semeia 40

• Sobre a Turis 41

• Questionário Concurso 42

Prezado gestor/ex-gestor de Unidade de Conservação,

Este relatório marca o início do relacionamento com um dos públicos mais importantes para o Instituto Semeia: Gestores e Ex-gestores de Unidades de Conservação. Vocês são os profissionais que assumiram estar na linha de frente das Unidades de Conservação do Brasil. Vocês respiram os desafios e oportunidades da gestão de locais que estão entre os mais lindos, megadiversos e ricos em recursos naturais e culturais do mundo. Conjuntamente, a sua visão é considerada pelo Semeia a fotografia mais fidedigna do status da gestão em Unidades de Conservação.

As informações aqui analisadas são fruto do questionário online respondido por Gestores/ Ex-gestores de Unidades de Conservação no âmbito do Concurso Cultural "Gestores Disseminadores de Conhecimento", realizado em junho e julho de 2012.

O Concurso Gestores Disseminadores foi bem sucedido quanto seus objetivos:

1. Aumentar a base de contatos do Instituto, a partir da indicação de novos gestores para participação do concurso pelos gestores participantes. O número de inscritos no Concurso superou qualquer expectativa dentro do Semeia, o que nos reforça a importância deste público. Recebemos 500 inscrições, sendo apenas 61 inválidas segundo as regras do Concurso.

2. Viabilizar a distribuição racional e eficiente do livro "Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados", o qual contou com apoio do Instituto Semeia para sua publicação. No total, foram doados 439 livros! Até o fechamento deste relatório, 24 livros já haviam sido repassados para bibliotecas, possibilitando que mais pessoas tenham acesso a este conhecimento, geralmente em locais perto de UCs ou em universidades importantes para os gestores. No site do Semeia disponibilizamos a lista de bibliotecas, com respectivos endereços.

Em virtude do sucesso do concurso e informações levantadas, ampliamos o conhecimento acerca de dois pontos-chave para o Semeia: (i) a percepção e opinião dos Gestores e Ex-gesotres sobre uso público/parcerias/concessões e (ii) a situação atual das Unidades de Conservação (UCs) com relação a estes temas. Com este relatório de dados globais e devolutiva individual, aproveitamos para disseminar o conhecimento gerado.

Também ficamos muito felizes com os 98 comentários deixados pelos participantes do Concurso. Todos vêm a agregar e nos incentivam a nos aprimorarmos. Quase metade dos comentários era sobre observações, um terço parabenizações sobre a iniciativa e um quinto sugestões para melhoria do questionário.

Por fim, mas não menos importante, gostaríamos de fazer um agradecimento a todos que participaram, especialmente os finalistas do Concurso: Mônia Laura Faria Fernandes, Francisco Pinto dos Santos, Aristides Salgado Guimarães Neto e Fábio Cunha, e o vencedor André Luiz Campos Tebaldi, e aos nossos parceiros Marcos Araújo, que inicia a R.A. Consultoria, Cleani Marques e Rogério Cabral, que permanecem na NEXUCs.

Desejamos a você uma ótima leitura! E esperamos que a devolutiva individual, que pode ser acessada pelo login e senha enviado por email, também contribua.

Abraços,

Conselho e Time Semeia.

[1] Mais informações no site www.semeia.org.br
[2] Coordenado por Cleani Marques, Marcos Araújo e Rogério Cabral

Principais resultados

Os números de visitação e geração de receita com o turismo nas Unidades de Conservação (UCs) brasileiras ainda são tímidos. Contudo, na percepção dos Gestores de Unidade de Conservação - profissionais que vivem a realidade na ponta - há potencial para que a atividade turística nestas áreas seja um importante vetor de desenvolvimento econômico regional.

Das Unidades de Conservação que permitem visitação, 83% não geram qualquer receita derivada do uso público - que engloba pesquisa, educação, visitação e turismo na UC (veja pg. 16). A quantidade da visitação também é baixa: 31% das UCs que poderiam receber visitação não a fazem. Outras 48% recebem somente até 50 mil visitas por ano, uma média de apenas 135 visitas por dia (veja pg. 14). Além disso, somente 29% contam com pesquisa científica realizada na UC e aplicada em prol das comunidades locais (veja pg. 18).

Por outro lado, a visão dos gestores de UCs sobre turismo e parcerias é muito positiva. Para 69% deles, o turismo relacionado à visitação na UC tem potencial para crescer, podendo ser, inclusive, um vetor de desenvolvimento para a região (veja pg. 20).

De que forma esta transformação poderia acontecer?

Nada menos do que 61% dos gestores responderam que gostariam que houvesse parcerias com OSCIPs ou empresas do setor privado para estruturação e/ou oferta de bens e serviços turísticos, mas que ainda não há na UC onde são gestores. E somente 29% indicaram já haver algum tipo de parceria (ver pg. 14). Ou seja, se há propensão de trabalhar com parcerias, também há necessidade de planejamento, estruturação e capacitação para esta frente de trabalho.

Na mesma direção, o relatório inaugura o "Índice de Condições para Concessão", que visa fornecer subsídios acerca das Unidades de Conservação com as melhores condições para iniciar um processo de concessão. Quatro variáveis relacionadas à estruturação das UCs em termos de ferramentas de gestão foram consideradas: a existência de plano de manejo, de plano de uso público, plano de controle dos impactos do uso público e de estrutura de apoio ao turismo.

Em média, UCs localizadas na região Sul possuem melhores condições para concessão, seguidas pelas das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste. A região Norte, apesar de possuir diversas e importantes UCs, possui as piores condições para concessão. A análise do índice por órgão gestor indica que as UCs federais, sob gestão do ICMBio, possuem condições para concessão inferiores às UCs sob administração de órgãos estaduais ou municipais.

Sobre as UCs que não permitem turismo

A possibilidade de responder ao questionário esteve aberta a qualquer gestor de UC, inclusive as que, em teoria, não recebem visitas que não sejam orientadas para atividades de educação ambiental e pesquisa.

Assim, as categorias de UC "Estação Ecológica" ou "Reserva Biológica" foram incluídas e analisadas no apêndice "Unidades de Conservação que não permitem turismo". A maioria (78%) possui plano de manejo pronto ou em elaboração, sendo que apenas 26% conseguiram implementá-lo. De forma geral, sua situação é bastante heterogênea.

Devolutiva dos participantes sobre esta análise

A fim de criar um ambiente de discussão e construção de conhecimento permanente, uma versão preliminar deste relatório analítico foi compartilhada exclusivamente com o grupo de participantes do Concurso Cultural Gestores Disseminadores de Conhecimento, composto por gestores e ex-gestores de Unidades de Conservação (UCs).* Destacamos suas reflexões:

Há muito espaço para avanços na gestão de Unidades de Conservação

"Deu para analisar os principais problemas que UC's tem em comum e para identificar algumas oportunidades"
Joany Deodato Da Silva

"O potencial das UCs é subestimado e subvalorizado (...)"
Felipe Spina Avino

"A visitação não é prioridade em quase totalidade das unidades de conservação apesar de ser um elemento potencial de desenvolvimento local, regional e nacional."
Cecilio Vilabarde Pinheiro

"Muito bom [o relatório], assim estamos contribuindo para que possamos construir um planeta para todos."
Paulo Henrique Sales

Segundo alguns participantes, o material foi válido para que pudessem identificar questões rotineiras na realidade das UCs. Alguns comentaram que o relatório até ajudou a mapear oportunidades que poderiam ser geradas através de turismo e parcerias.

Abrir as Unidades de conservação que permitem visitação é limitá-las a sua mercantilização?

"Embora seja entusiasta da abertura das UCs ao publico, é temerária a ideia de mercantilizar ou transformas as UCs em capital econômico, ao invés de transforma-las em capital social, verde, educacional, cientifico e por ai vai."
Gaspar da Silva Alencar

Alguns participantes receiam a visitação transformar áreas protegidas unicamente em capital econômico, deixando de lado seu valor cultural e ambiental. Para ampliação deste debate, Indicamos a entrevista com Valmir Ortega no site do Semeia – "Conservação Internacional: o que define o caráter público das áreas protegidas é o acesso e não quem as opera" (clique aqui). O que você pensa a respeito disto? Quais são os cuidados necessários? Interessados podem escrever para **comunicacao@semeia.org.br** ou na comunidade do Semeia no Facebook.

Aprendizagens para os próximos Concursos e Relatórios

"Parabéns pela inicitaiva, mas o formulário parece ter sido pensado apenas para UCs de proteção integral. Como gestor de APA tive dificuldade para responder algumas alternativas."
Felipe Spina Avino

"Creio profundamente que vocês devem cadastrar as pesquisas no SISBIO, pois é uma forma de retorno a unidade. (...)"
Mônia L F Fernandes

Ótimas contribuições! Áreas de Proteção Ambiental (APA) receberão mais atenção nos próximos questionários. Também analisamos a Instrução Normativa nº 154 do IBAMA que instituiu o SISBIO. O objeto da Instrução Normativa é sobre pesquisa, coleta ou uso científico e didático de materiais biológicos. Parece-nos não aplicável aos dados coletados por meio do Concurso, que trata sobre gestão e uso público das Unidades de Conservação. Também ansiamos por ter as informações sobre as UCS cada dia mais organizadas e esperamos colaborar com este processo.

Agradecemos a todos que contribuíram com esta iniciativa!

* Cada participante também recebeu uma devolutiva individual, com a sua resposta versus a média, e um questionário para nos dar a devolutiva sobre o Concurso e material recebido.

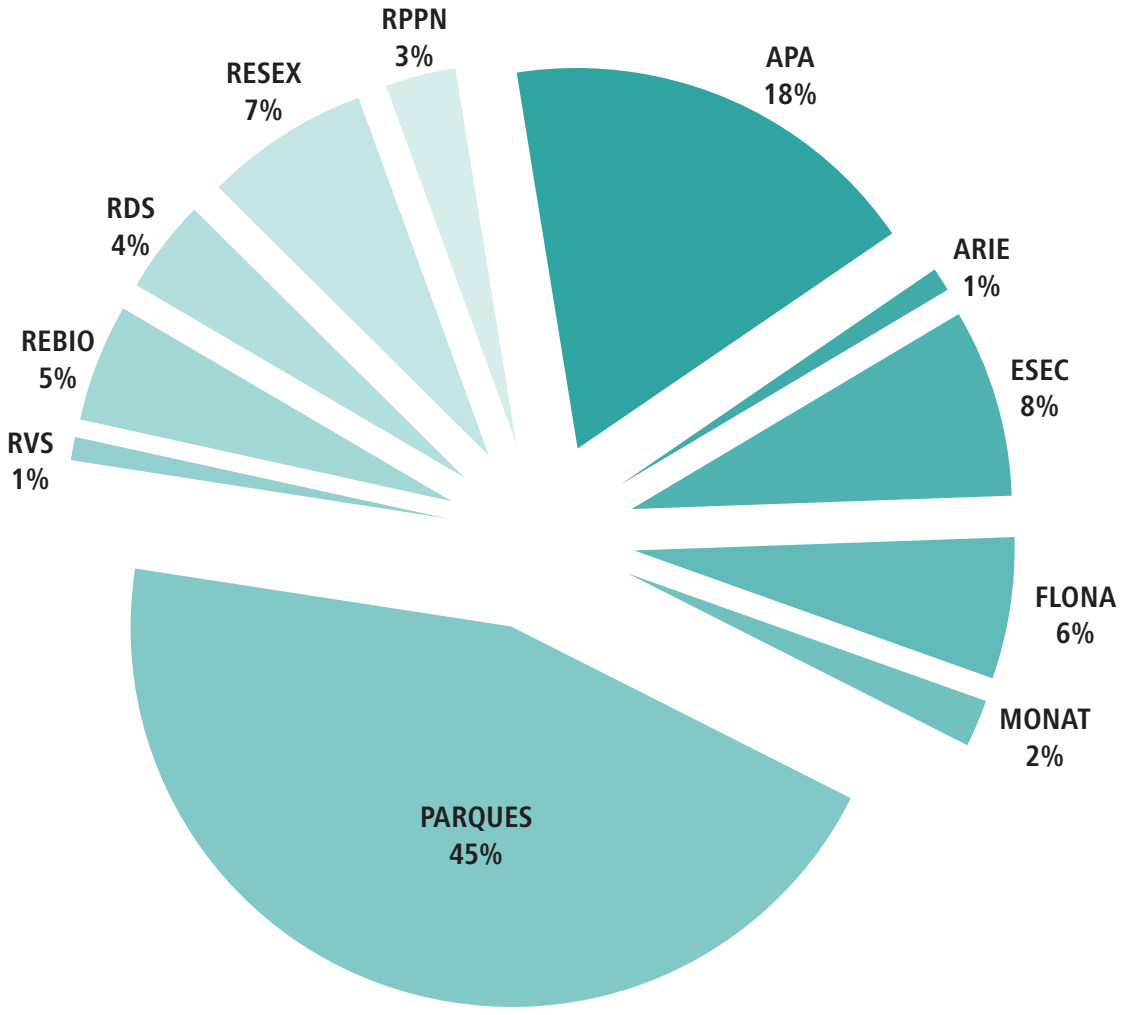
1. Notas Metodológicas

O banco de dados utilizado para produção das análises apresentadas neste documento foi obtido a partir das informações solicitadas aos gestores quando da realização do concurso cultural "Gestores Disseminadores de Conhecimento". Naquela ocasião, os participantes foram solicitados a preencher um breve formulário, como contrapartida para o recebimento da publicação "Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados". Todas as informações referentes à UC e às percepções do Gestor/ Ex-gestor contavam com a alternativa "Prefiro não responder", sem qualquer ônus ao participante no Concurso.

Esse formulário, cujo preenchimento foi realizado online, continha questões abertas e fechadas versando sobre o perfil demográfico do respondente, opiniões sobre uso público em UC, condições de estruturação e gestão da UC em que atua, visitação pública na UC em que atua, entre outros, disponibilizados no anexo.

Foram acessados todos os gestores que constavam, à época, no mailing do Instituto Semeia e dos coordenadores do livro distribuído e, a partir deles, a informação foi disseminada a outros gestores. Nesse sentido, não foi feito qualquer controle da amostra durante o período de realização do Concurso. Isso originou um banco de dados inicial composto por 439 formulários completamente preenchidos, dos quais 45% haviam sido preenchidos por gestores de parques (nacionais, estaduais ou municipais). No gráfico que segue é apresentado um detalhamento das características da amostra inicial, por categoria de UC.

Gráfico 1: Amostra inicial por categoria de UC



Apesar da inexistência de controle de amostra durante a realização do Concurso, nota-se uma grande proximidade de sua distribuição em relação à distribuição do universo de UCs brasileiras, como mostra a Tabela 1. O percentual de cada tipo de UC consultada está bastante do próximo de sua representatividade no universo total.

Há, no entanto, duas exceções evidenciadas pelos dados: os parques e as RPPNs; enquanto a primeira categoria está sobre-representada (representa 45% da amostra, porém, apenas 18% do universo de UCs), a segunda encontra-se sub-representada (representa apenas 2% da amostra, porém, 39% do universo de UCs). A sobre-representação dos parques na amostra foi positiva, uma vez que possibilitou a análise especificamente para a categoria "parques", ao passo que as demais categorias tiveram que ser agrupadas. A sub-representação da categoria RPPN, por sua vez, não impactou nos resultados do Concurso, já que não se constituía como foco de análise, por ser uma UC com gestão privada.

Tabela 1: Amostra e universo de UCs

Tipo	Amostra	% Amostra	Universo	% Universo
Área de Proteção Ambiental (APA)	80	18%	252	15%
Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE)	7	2%	45	3%
Estações Ecológicas (ESEC)	34	8%	90	6%
Florestas Nacionais (FLONA)	27	6%	100	6%
Monumentos Naturais (MONAT)	8	2%	23	1%
Parques (nacionais, estaduais e municipais)	196	45%	297	18%
Refúgio de Vida Silvestre (RVS)	5	1%	29	2%
Reservas Biológicas (REBIO)	21	5%	51	3%
Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS)	17	4%	36	2%
Reserva de Fauna	0	0%	1	0%
Reserva Extrativista (RESEX)	32	7%	87	5%
Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN)	12	2%	645	39%

Fonte: Elaboração própria, incluindo dados da Tabela Consolidada das Unidades de Conservação do CNUC de 12/06/12.

1.1 Iniciando a análise

O banco de dados bruto, composto por 443 formulários, passou por tratamento e limpeza minuciosos durante sua preparação para tabulação e análise. Para tanto, foi necessário, inicialmente, focar-se nos objetivos do Concurso, a fim de definir que tipos de informações seriam necessárias e quais cortes deveriam ser feitos.

Uma avaliação detalhada do banco de dados evidenciou três tipos principais de informações disponíveis: (1) Situação do uso público nas UCs; (2) Turismo e parcerias na visão dos gestores; e (3) Condições para concessão. A partir dessa identificação foi possível alinhar as informações do banco de dados aos objetivos a serem perseguidos pela análise dos dados.

A partir dessas definições foram feitos os seguintes procedimentos para limpeza e tratamento dos dados:

1. Exclusão de formulários repetidos sobre uma mesma UC, sendo mantido apenas o formulário do gestor atual. Foram excluídas quatro pesquisas nesse procedimento.
2. Exclusão de ex-gestores de UC[3], tendo sido mantidas apenas as pesquisas respondidas por indivíduos que correntemente ocupam o cargo de gestor em uma UC. Foram excluídas 211 pesquisas nesse procedimento.
3. Reorganização da amostra em três categorias: (a) parques, (b) outras UCs que permitem o turismo, e (c) UCs que não permitem o turismo. O detalhamento sobre a composição de cada uma dessas categorias, por tipo de UC, pode ser analisado na Tabela 2.

Tabela 2: Detalhamento das categorias utilizadas para análise

Categoria	Tipos de UC	Nº form. válidos
Parques	Parque nacional, Parque estadual e Parque municipal	97
Outras UCs que permitem turismo	APA, ARIE, FLONA, MONAT, RVS, RDS, Reserva de Fauna, RESEX, RPPN	103
UCs que não permitem turismo	ESEC, REBIO	28

Fonte: Elaboração própria, com base em informações do SNUC.

O banco de dados final está composto por 228 formulários válidos. As categorias "parques" e "outras UCs que permitem turismo" constituem o foco de interesse da análise; portanto, são utilizadas para as análises feitas nos itens 4 a 6 deste documento, apresentados na sequência. A categoria "UCs que não permitem turismo", por sua vez, foi analisada isoladamente e de forma geral no item 7 deste documento.

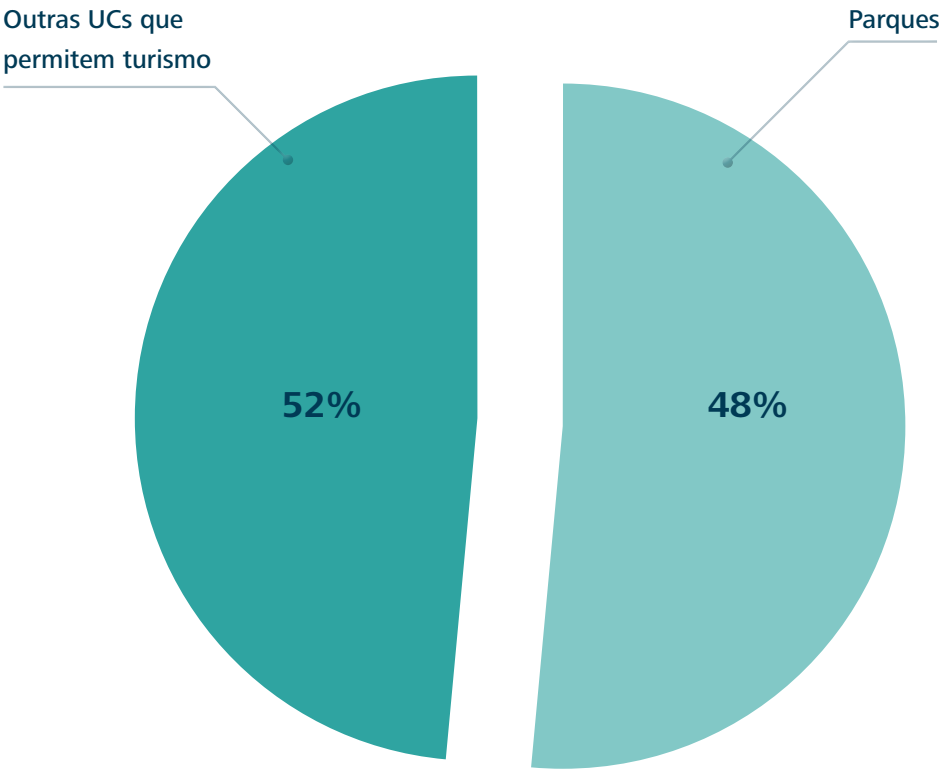
As informações apresentadas nas próximas seções deste documento tem o intuito de auxiliar o leitor a compreender a situação do uso público nas UCs consultadas e analisar as relações entre turismo e parcerias dentro das UCs, na visão dos atuais gestores. Ademais, visa descortinar alguns insights relativos a condições e potencial para concessão das UCs.

[3] Esse procedimento foi necessário, já que um ponto-chave de análise diz respeito à situação atual das UCs, informação que não poderia ser fornecida com precisão por indivíduos que não estejam atuantes no local.

2. Caracterização geral da amostra

A amostra utilizada para as análises apresentadas nos itens 4 a 6 está formada por parques e outras UCs que permitem turismo, totalizando 200 observações, as quais estão bastante equilibradas entre parques (48% da amostra) e outros tipos de UCs que permitem turismo (52%).

Gráfico 2: Distribuição das UCs por categoria

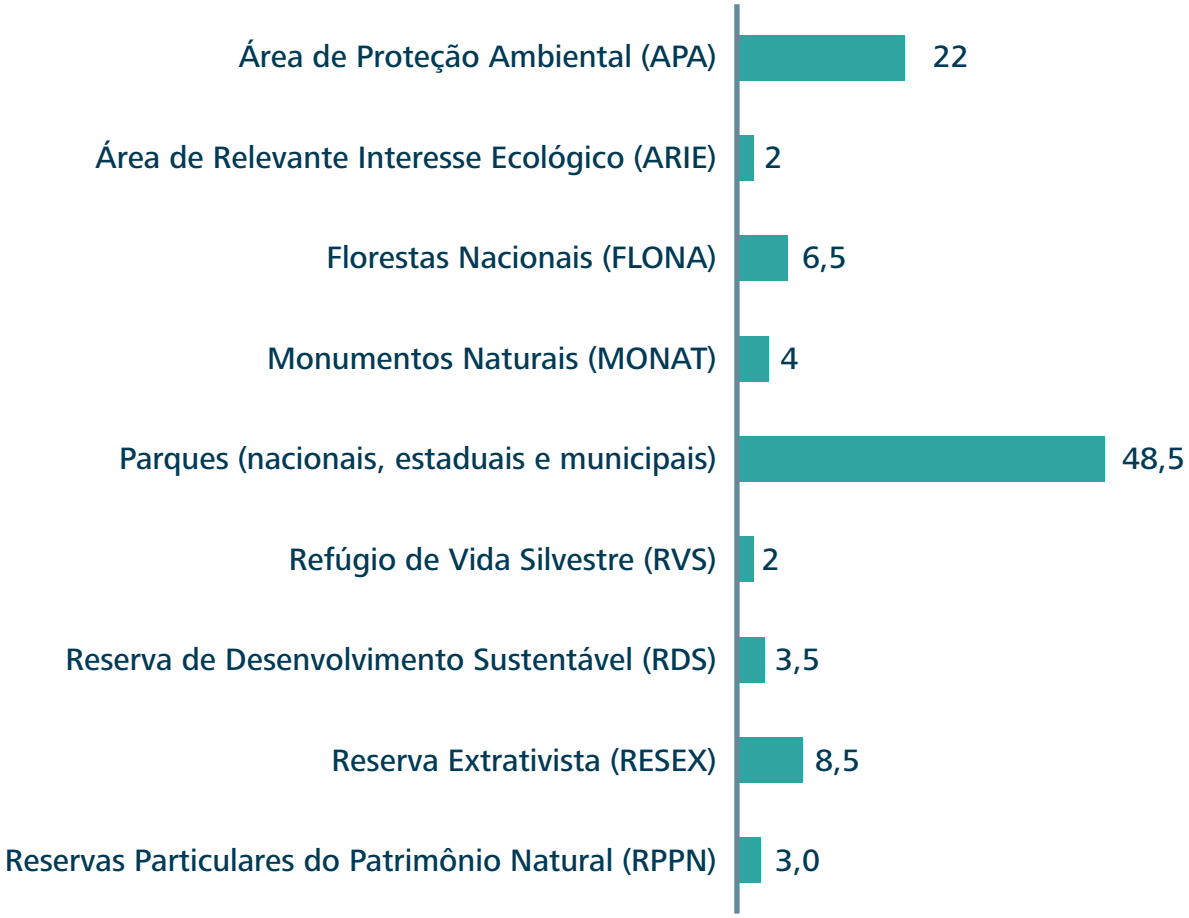


No que diz respeito a outras UCs que permitem turismo, apresenta destaque as Áreas de Proteção Ambiental (APAs), representando 22% da amostra total, conforme demonstrado pelo Gráfico 3. Os demais tipos de UCs, até por serem menos comuns no território brasileiro, possuem uma representação significativamente menor, variando entre 8,5% e 2% da amostra total.

Uma ressalva deve ser feita. A APA, ao contrário dos demais tipos de UC, tende a ser uma área territorialmente mais dispersa, apresentando maiores dificuldades para o estabelecimento de instrumentos de gestão e controle de visitantes. Esse tipo de área possui legislação e normas geralmente menos restritivas do que outros tipos de UCs e, em alguns casos, outras UCs dentro de sua área de jurisdição.

Dadas essas circunstâncias, especula-se que a visão dos gestores de APAs deveria ser diferente daquela dos gestores de outras UCs que permitem turismo. Neste estudo em particular, não foi possível estratificar a amostra para a categoria "APA", em função do alto nível de erro que incorreria disso. De qualquer modo, é importante levar essa particularidade em questão ao analisar os resultados apresentados nos itens seguintes deste documento.

Gráfico 3: Tipo de UC



A maioria dos gestores respondentes do Concurso (60%) está correntemente a cargo de uma UC estadual. Trinta e um por cento deles de UCs federais, sob gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio , e apenas 9% de UCs municipais. Apesar da sobre-representação das UCs sob gestão estadual na amostra, em relação ao universo, a distribuição da amostra é um reflexo do cenário brasileiro no que diz respeito ao baixo grau de participação dos municípios brasileiros na gestão de Unidades de Conservação, como evidencia a Tabela 3: Amostra e população de UCs por órgão gestor.

Gráfico 4: Órgão gestor

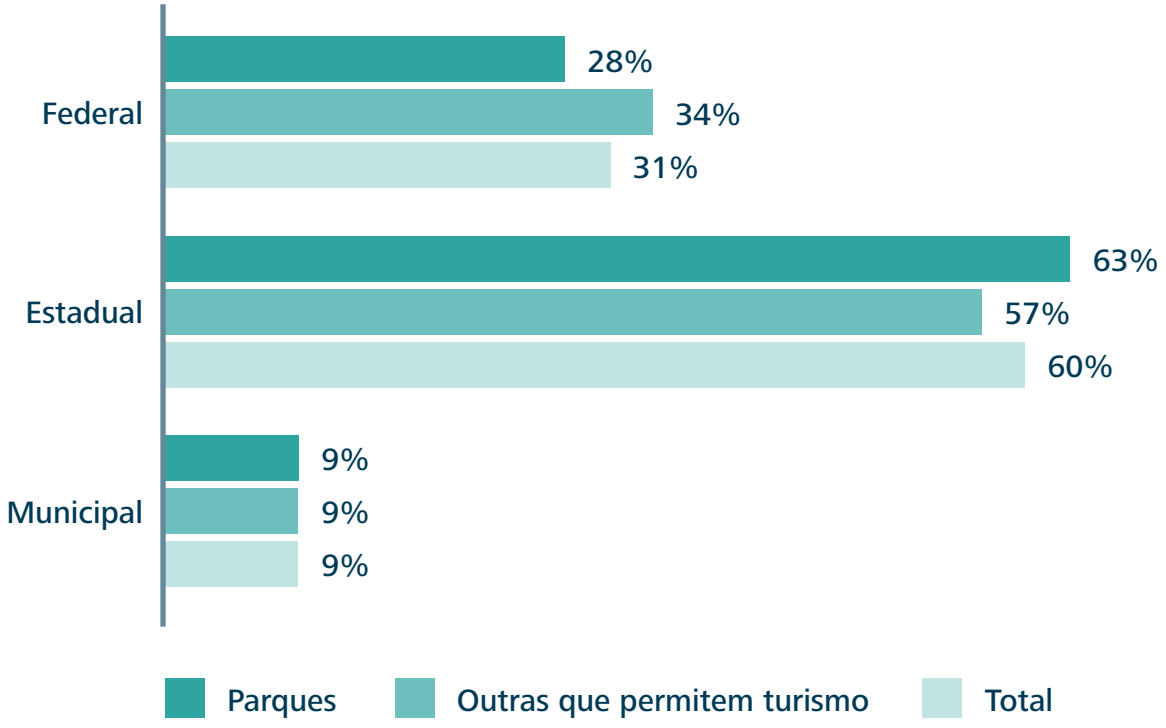


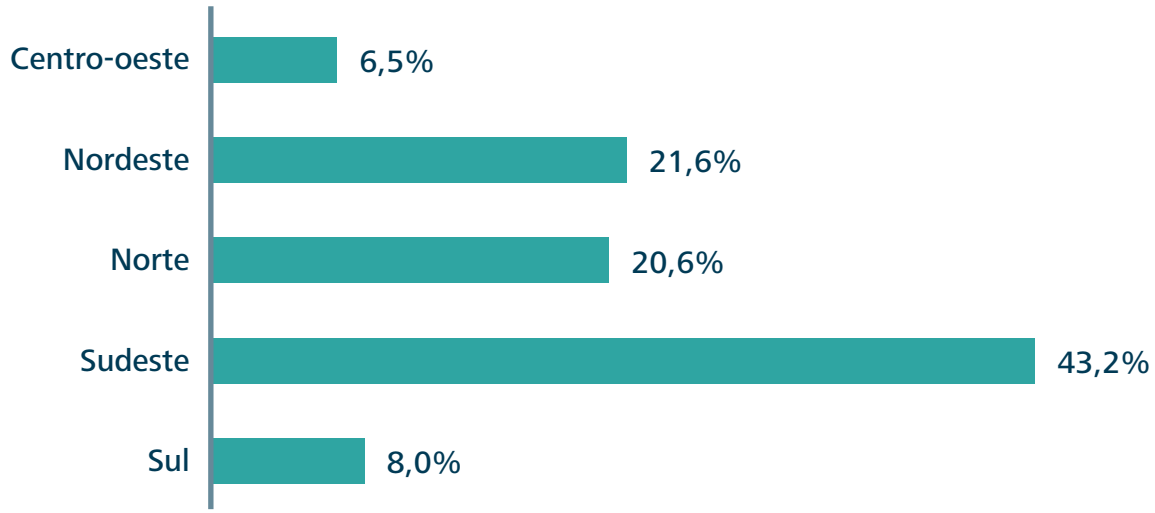
Tabela 3: Amostra e população de UCs por órgão gestor

Tipo	Amostra	% Amostra	Universo	% Universo
Federal	60	31%	251	29%
Estadual	116	60%	508	58%
Municipal	18	9%	111	13%

Fonte: Elaboração própria, incluindo dados da Tabela Consolidada das Unidades de Conservação do CNUC de 12/06/12.

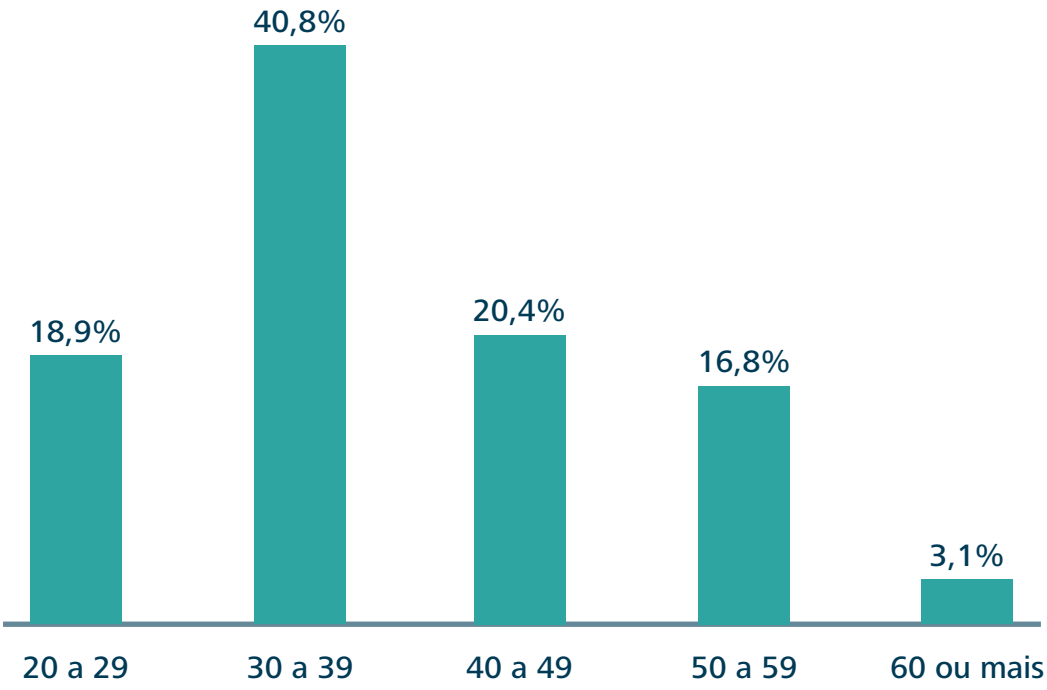
No que diz respeito à região de localização das UCs componentes da amostra, há uma predominância daquelas localizadas na Região Sudeste (43,2%), seguida pelas regiões Nordeste (21,6%) e Norte (20,6%). Como a amostra não foi planejada para obter perfis e quantidades determinadas de pesquisas atribui-se esse resultado à rede de contatos do Instituto Semeia e de seus colaboradores.

Gráfico 5: Região da Unidade de Conservação



Os gestores que responderam à pesquisa podem ser considerados jovens. Mais de metade deles (59,7%) tem até 40 anos de idade. Além disso, o percentual de gestores acima dos 60 anos é bastante reduzido (apenas 3,1%).

Gráfico 6: Idade dos entrevistados

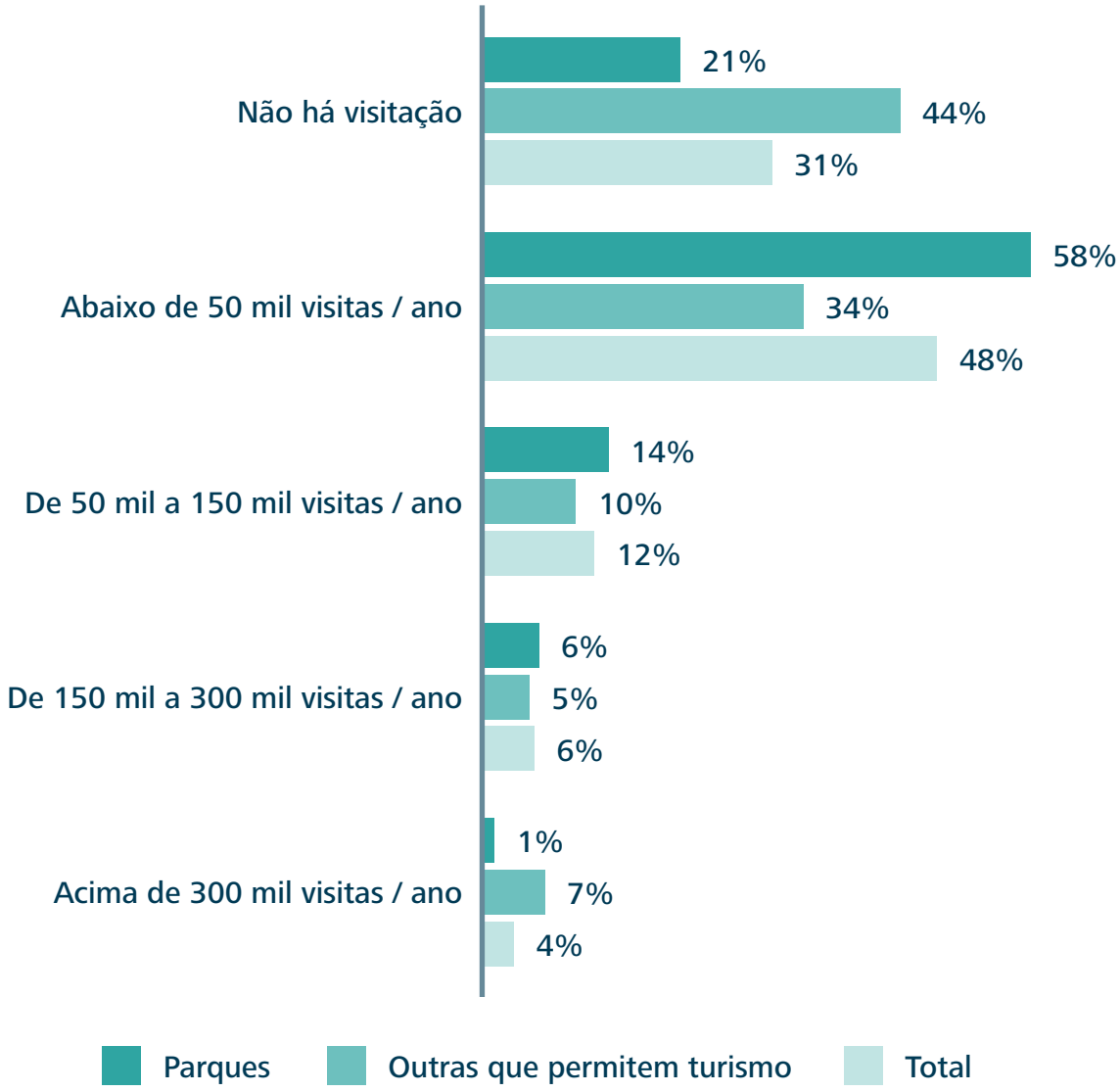


3. Situação do uso público nas UCs

A visitação de UCs para lazer e turismo ainda é incipiente no Brasil. Mais de um terço das UCs respondentes do Concurso (31%) não possuem visitação em sua área, e a maioria das que possuem fluxos de visitante estabelecidos, recebem menos de 50 mil visitas por ano. Apenas uma minoria de UCs já possui uma visitação mais expressiva (pelo menos 150 mil visitantes/ano), evidenciando uma janela de oportunidade de desenvolvimento para 90% das UCs pesquisadas.

Os parques (nacionais, estaduais e municipais) possuem um papel fundamental no desenvolvimento do uso público em UCs, já que constituem o tipo de Unidade de Conservação mais conhecida entre o grande público, e com os maiores níveis de visitação. Do total de parques respondentes do Concurso, 79% afirmaram ter visitação pública.

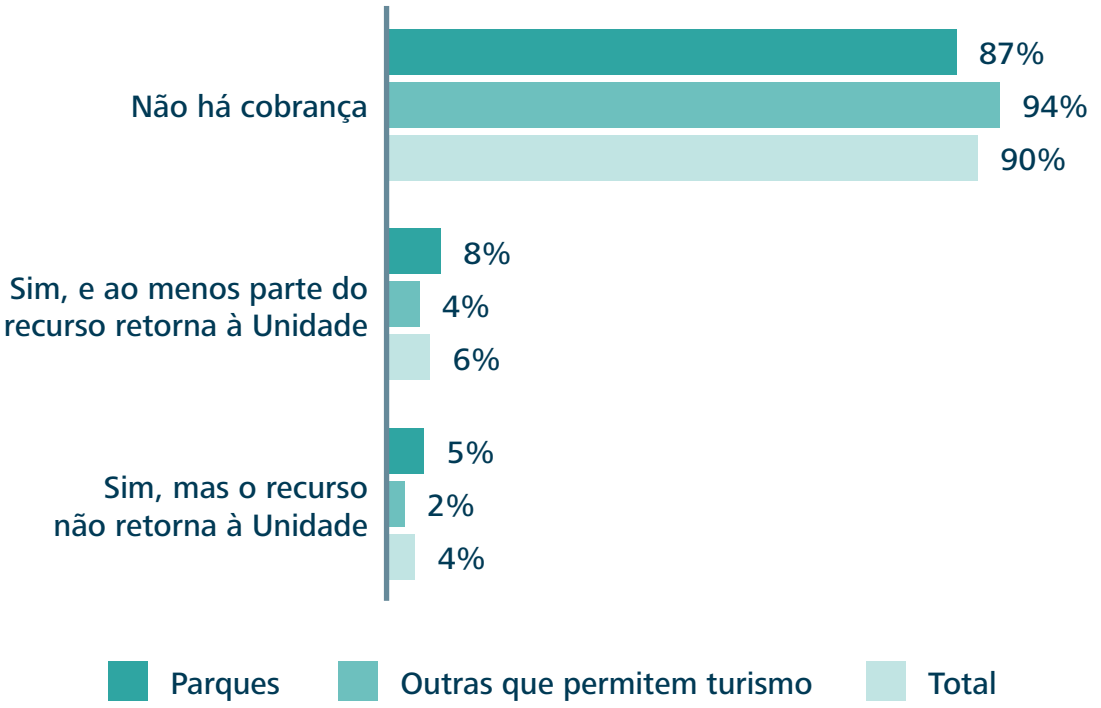
Gráfico 7: Qual é a faixa de visitação anual na UC?



A política de cobrança de ingressos para entrada nas UCs certamente é um tema controverso e que mereceria um estudo detalhado. Do total da amostra, 90% das UCs não cobram ingresso para entrada de visitantes, percentual levemente mais elevado para outras UCs que permitem a visitação do que para parques. Entre as 10% restantes, quase metade (4% do total de UCs; 40% do total de UCs que cobram ingresso) afirma que o recurso arrecadado com a cobrança de ingressos não retorna à UC.

Esse cenário é bastante desestimulante, uma vez que a preparação de uma UC para recepção de visitantes e o próprio processo de visitação demandam investimentos em materiais, equipamentos e recursos humanos, isso sem levar em consideração os impactos inevitavelmente causados pela presença humana dentro das áreas protegidas. Considerando o cenário usual das UCs, em que recursos são escassos e orçamentos apertados, é de fato complexa a decisão de um gestor investir no uso público de sua UC.

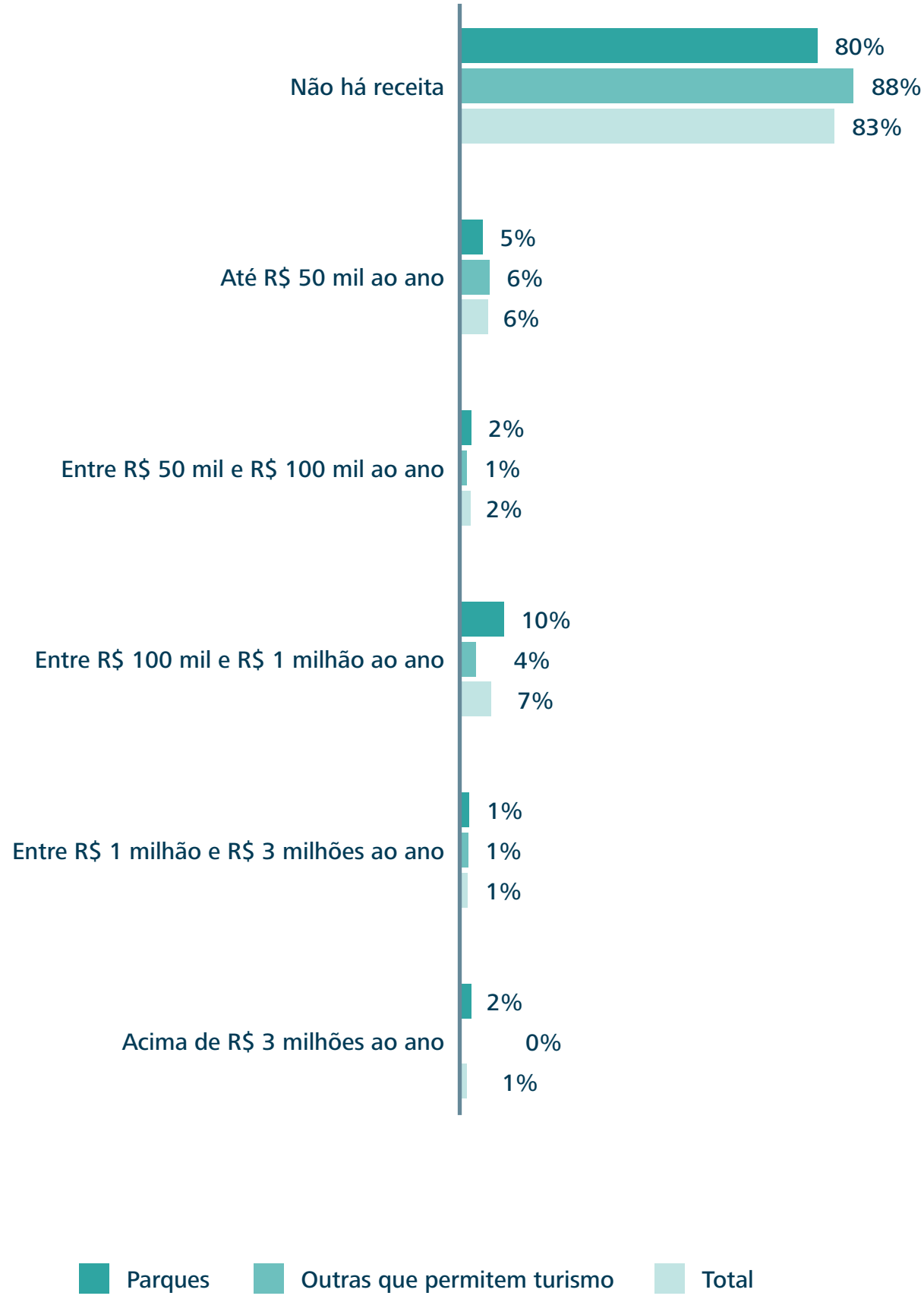
Gráfico 8: Há cobrança de ingresso para entrada na UC?



Como consequência desse cenário pouco mercantilizado, 83% das UCs afirma não haver nenhuma receita gerada pelo uso público. Esse percentual é inferior ao de UCs que não fazem cobrança de ingresso para acesso à área, fornecendo indícios de que, ainda que de forma incipiente, algumas UCs vêm tentando gerar receitas com serviços e atividades complementares ao acesso à área.

Entre as UCs que possuem receitas provenientes do uso público, destacam-se os parques. Vinte por cento deles atualmente geram alguma receita, com predominância daqueles que geram entre R$ 100 mil e R$ 1 milhão por ano. Paralelamente, apenas 12% das outras UCs que permitem turismo possui receita proveniente da visitação pública.

Gráfico 9: Qual é a estimativa da receita relacionada ao uso público gerada dentro da UC?



A possibilidade de cobrar ingresso e criar fontes alternativas de geração de receita está diretamente relacionada a dois elementos: atrações e estrutura de apoio disponível. Uma UC precisa ter elementos atrativos que justifique o deslocamento de seus visitantes potenciais, como uma gruta, uma cachoeira, uma trilha etc. Adicionalmente, precisa dispor de uma estrutura de apoio que permita a visitação deste(s) atrativo(s), a qual variará de acordo com o tipo de atração e com o entorno da área da UC.

UCs situadas próximas a uma cidade com estrutura turística (hotéis, restaurantes, agências etc.) pode prescindir da oferta destes elementos em uma área, focando-se na estrutura de apoio da própria atração, apenas para citar um exemplo.

No que diz respeito aos atrativos, o Concurso buscou identificar elementos que possibilitariam singularidade e qualidade na experiência dos visitantes, a fim de identificar o potencial atrativo das UCs. Os resultados detalhados são apresentados no Gráfico 10 e comentados na sequência.

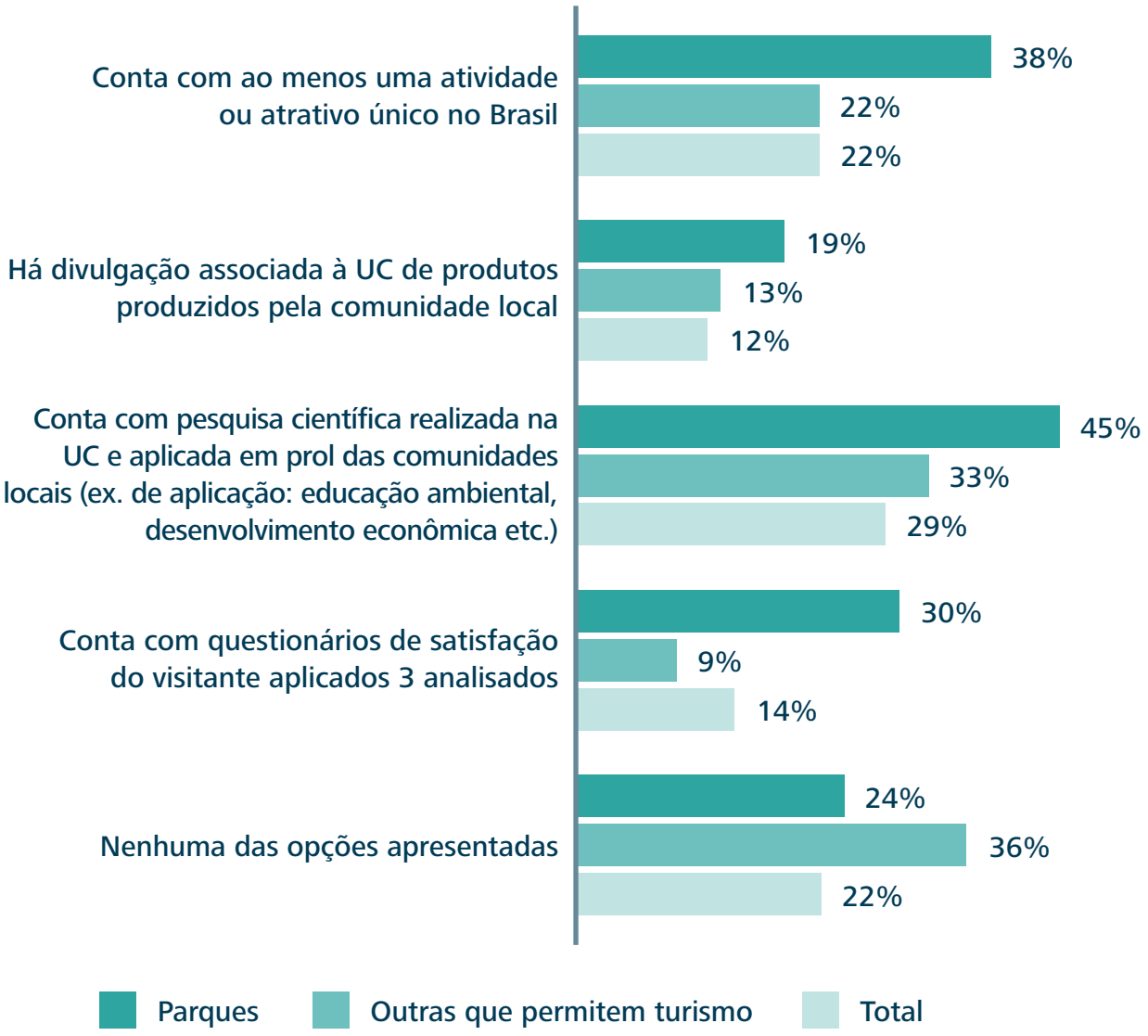
Cerca de um quarto das UCs (22%) possui uma atividade ou um atrativo considerado único no Brasil por seus gestores. Há uma concentração de grandes atrativos/atividades nos parques: 38% das UCs desta categoria possuem um elemento com alto nível de atratividade. Este conjunto de UCs possui condições de se desenvolver em atrações turísticas importantes de sua região, a exemplo do Parque Nacional do Iguaçu (PR).

Doze por cento das UCs associam à divulgação de suas atrações os produtos produzidos pela comunidade do entorno da área. Essa pode ser uma estratégia interessante para UCs, especialmente aquelas que não possuam um atrativo-estrela, ou que possuam um número reduzido de atrações. A divulgação pode ser ampliada, englobando não apenas produtos do entorno, mas também outras atrações urbanas e rurais da área de entorno da UC. Ao dar mais opções do que fazer ao visitante, a UC torna-se mais competitiva como um "destino turístico".

Quase metade dos parques (45%) possui alguma pesquisa científica sendo realizada em sua área, cujos benefícios/aplicações são revertidas, também, em prol da comunidade. Entre as demais UCs que permitem a visitação, apenas 33% possuem o mesmo tipo de iniciativa. Pesquisas científicas que gerem resultados de caráter mais prático para comunidades de entorno podem ser utilizadas dentro da estratégia de divulgação da UC e suas atividades.

A aplicação de questionários de satisfação é de fundamental importância para acompanhar o desempenho do uso público da UC. Por meio desse tipo de ferramenta, é possível identificar não apenas o nível de satisfação global do visitante, mas também carências em termos de estrutura de apoio, qualidade do atendimento dos recursos humanos envolvidos (monitores etc.), nível de interesse das atrações, entre outras. Os resultados de pesquisas de satisfação são fundamentais para o planejamento acertado das estratégias de uso público de uma UC; apenas sabendo o que o visitante acha e deseja será possível estruturar um produto de sucesso. Apesar de tão importantes, os questionários de satisfação ainda são pouco utilizados pelas UCs. Na amostra do Concurso, apenas 30% dos parques e 9% das outras UCs afirmaram fazer uso dessa ferramenta.

Gráfico 10: Singularidade e qualidade da experiência do visitante

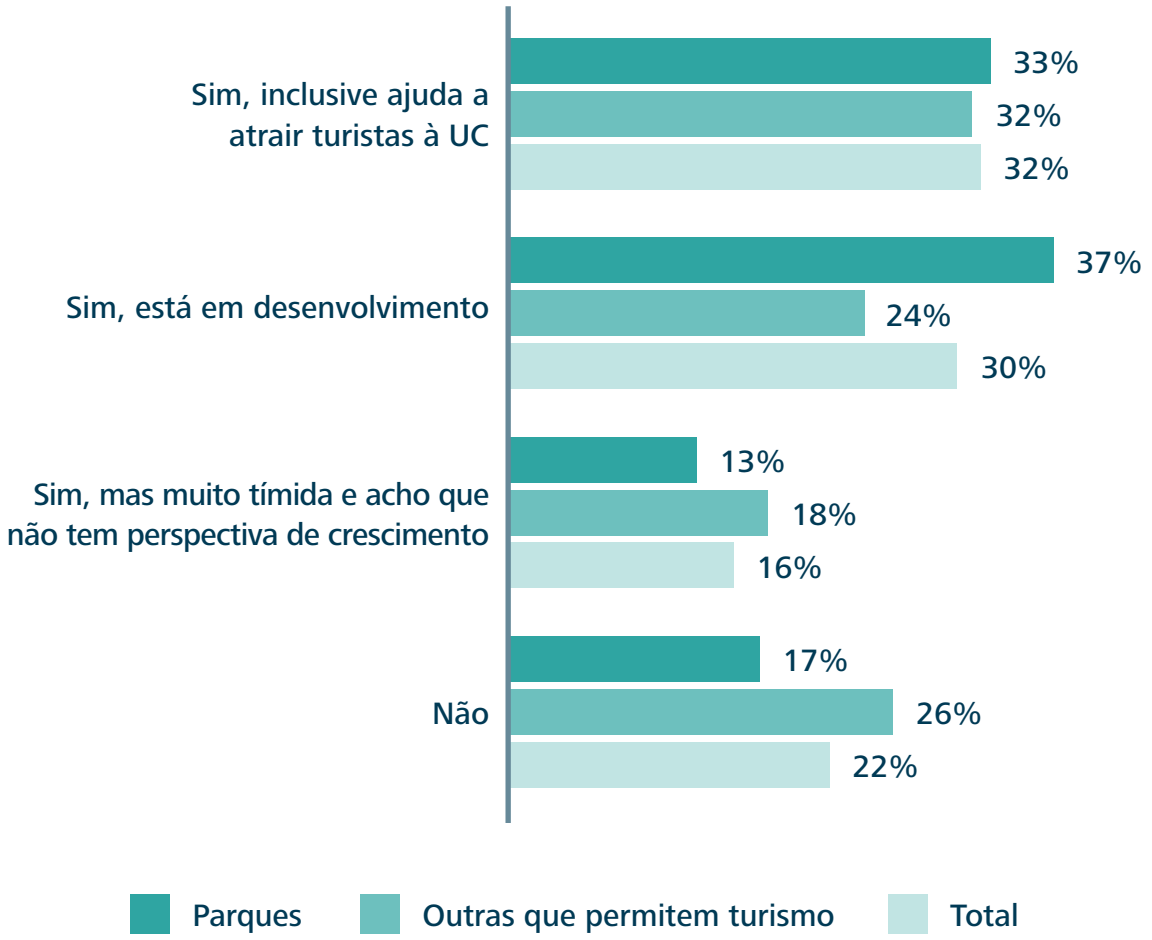


Todas as UCs necessitam de estrutura de apoio para viabilizar o uso público de sua área. O tipo de estrutura necessária varia enormemente, dependendo da situação do parque, do entorno e do tipo de atração. Na análise do Concurso, foi dada ênfase à identificação de estrutura de apoio no entorno da área das UCs, dado que a maior parte das UCs brasileiras ainda é bastante carente em termos de estruturas próprias, além de estar submetida a uma série de restrições impostas pela legislação ambiental brasileira.

Cerca de um quarto dos gestores (22%) afirmou não existir estrutura de apoio no entorno da UC, o que se constitui em uma situação bastante complicada para desenvolvimento do uso público, já que nesses casos a UC precisa prover toda estrutura necessária para visitação e, em alguns casos, permanência mais estendida do visitante.

É positiva a percepção de 32% dos gestores de que a estrutura de apoio ao turismo existente no entorno da UC ajuda a atrair turistas à UC. Essa clareza, por parte dos gestores, tende a garantir um ambiente de maior cooperação entre UC e o entorno, o que aumenta as chances de sucesso para ambos os lados.

Gráfico 11: Há estrutura de apoio ao turismo no entorno da UC?



A situação analisada evidencia a existência de oportunidades de desenvolvimento e geração de receita para as UCs, a partir do desenvolvimento do uso público. Entretanto, para sua viabilização, há necessidade de uma política de cobrança de ingressos mais eficiente, que garanta o retorno do valor para a UC e seja flexível no que diz respeito à definição dos preços. A flexibilidade na definição dos preços é fundamental para compatibilizar os valores com: (a) o nível de interesse das atrações e (b) a qualidade da estrutura de apoio disponível.

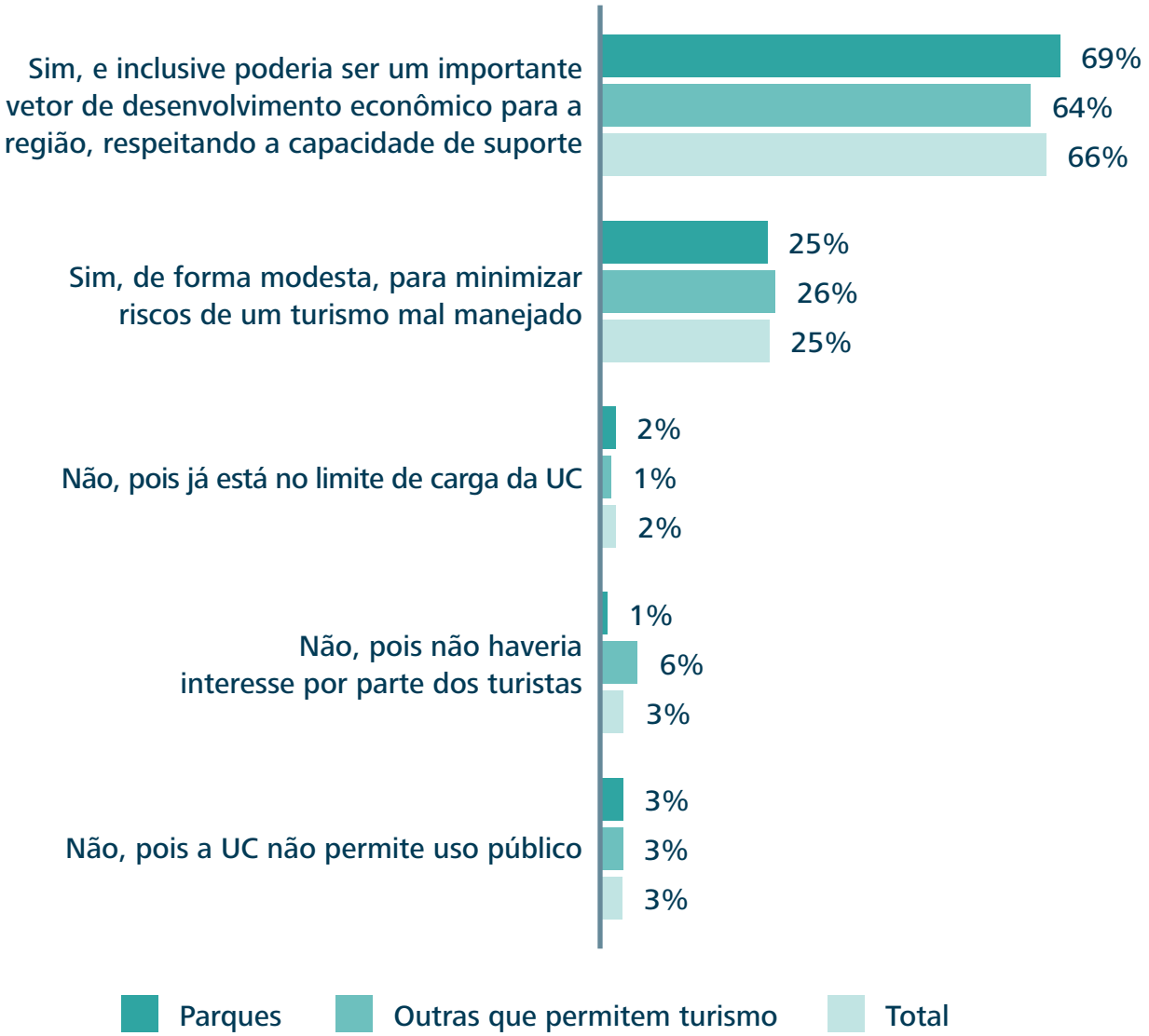
Há muitas oportunidades de desenvolvimento de UCs em conjunto com a potencialização da atividade turística na região. Ao unir várias atrações, serviços e recursos humanos qualificados, agrega-se valor ao "destino" representado pela UC e sua área de entorno, aumentando sua competitividade no mercado.

4. Turismo e parcerias na visão dos gestores das UCs

O Concurso buscou apreender a opinião dos gestores das UCs acerca do desenvolvimento da atividade turística e da realização de parcerias com entidades e empresas externas à UC, a fim de obter subsídios acerca dos possíveis modelos de desenvolvimento do uso público dessas UCs.

Na média, a visão dos gestores sobre o crescimento da atividade turística dentro da UC mostrou-se bastante positiva; 91% dos gestores são favoráveis a seu desenvolvimento. A maior parte dos gestores (66%) acredita que o turismo na UC pode crescer e poderia ser um vetor de desenvolvimento econômico para a área de entorno da UC. Vinte e cinco por cento deles são mais conservadores e demonstram preocupação com os riscos de uma visitação turística com controle e gestão inadequados. A grande receptividade dos gestores com relação a essa temática indica um ambiente propício para o desenvolvimento de ações relacionadas ao uso público junto a estas UCs.

Gráfico 12: O turismo relacionado à visitação na UC tem potencial de crescer?

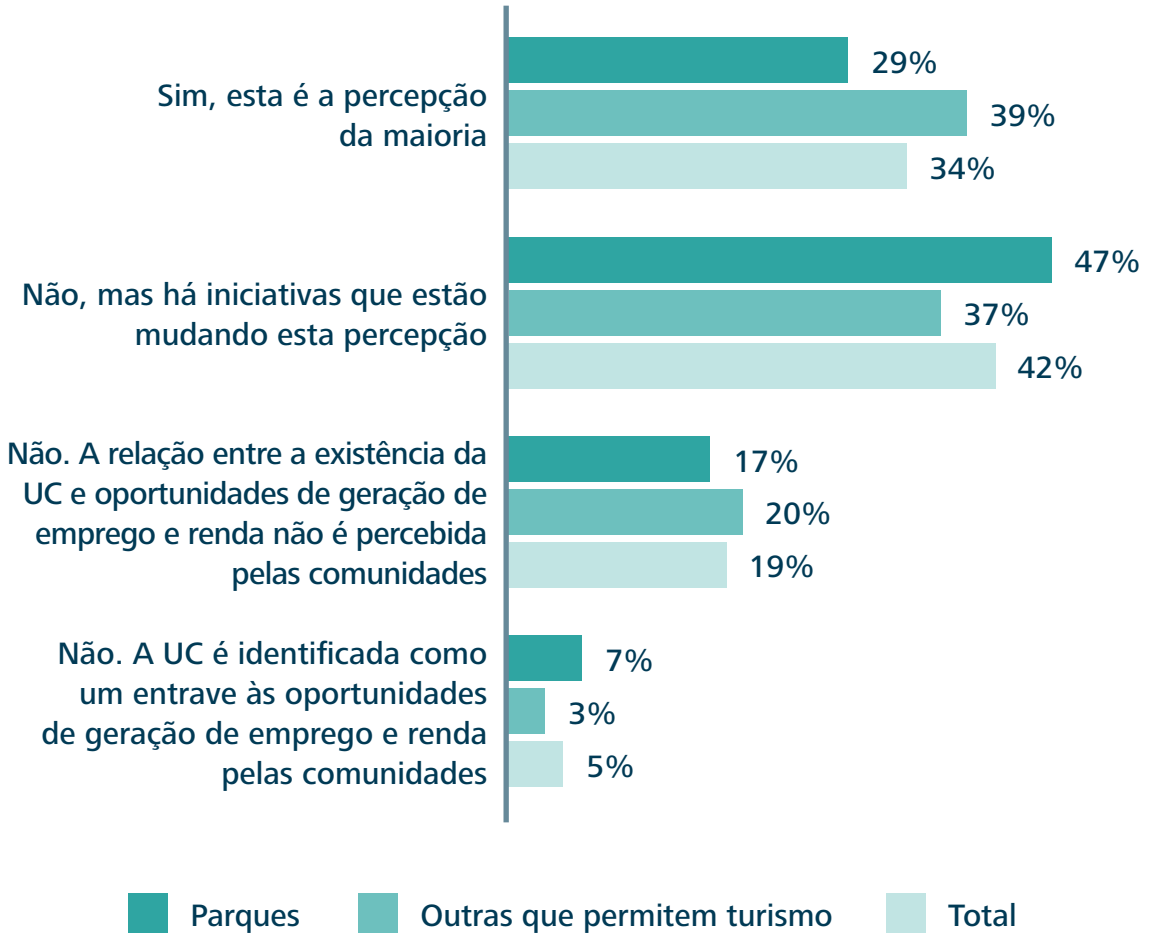


O nível de entendimento das comunidades locais acerca das oportunidades de geração de emprego e renda proporcionados pelas UCs, no entanto, ainda é bastante reduzido. Apenas 34% dos gestores afirmaram que as comunidades locais identificam tais oportunidades e, como consequência, tem na UC uma aliada ao seu desenvolvimento.

Apesar disso, há dois pontos positivos a serem considerados. Em primeiro lugar, um percentual significativo de gestores acredita que estão sendo feitas iniciativas, na região, que vêm mudando a percepção das comunidades (47% dos gestores de parques e 37% dos gestores de outras UCs). Além disso, apenas 5% dos gestores acredita que as comunidades considerem as UCs como entraves ao desenvolvimento.

A inexistência de uma forte percepção contrária ao potencial de geração de emprego e renda das UCs para as comunidades é muito positiva. Deste modo, é possível concentrar esforços no esclarecimento das comunidades a respeito dos benefícios potenciais e da atuação das UCs.

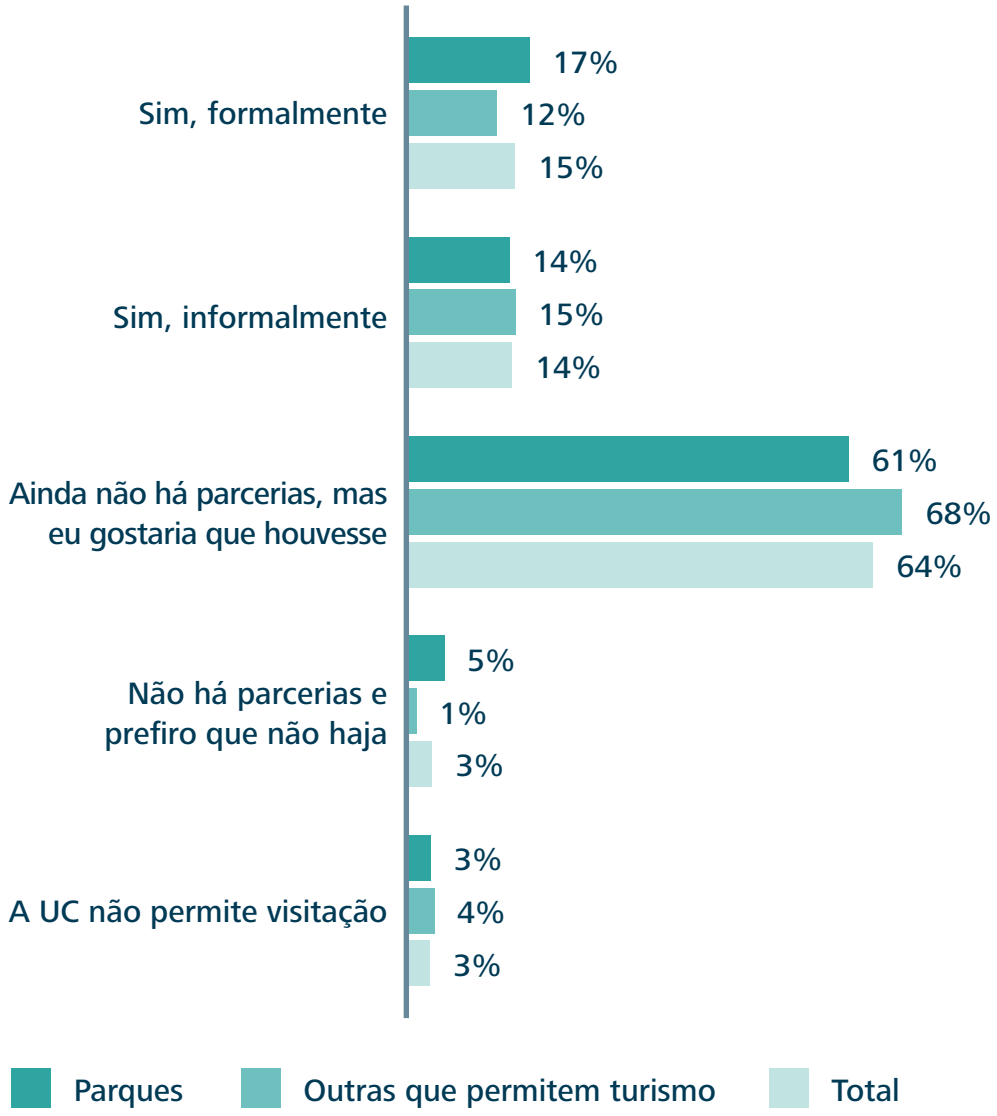
Gráfico 13: De forma geral, as comunidades locais da UC identificam oportunidades de geração de emprego e renda proporcionadas pela Unidade?



As parcerias entre UCs e OSCIPS/empresas privadas ainda é muito incipiente. Apenas 29% das UCs possui algum tipo de parceria instituída, das quais apenas metade (15%) são parcerias formalmente instituídas, ou seja, com escopo, responsabilidades e direitos bem definidos.

A maior parte dos gestores mostrou-se interessado na possibilidade de estabelecer parcerias, indicando que gostaria que estas existissem entre sua UC e outra entidade (64% da amostra). Novamente, percebe-se um ambiente bastante propício ao desenvolvimento deste tipo de iniciativa, principalmente porque apenas 3% dos gestores mostraram-se contrários, de fato, ao estabelecimento de parcerias ("Não há parcerias e prefiro que não haja").

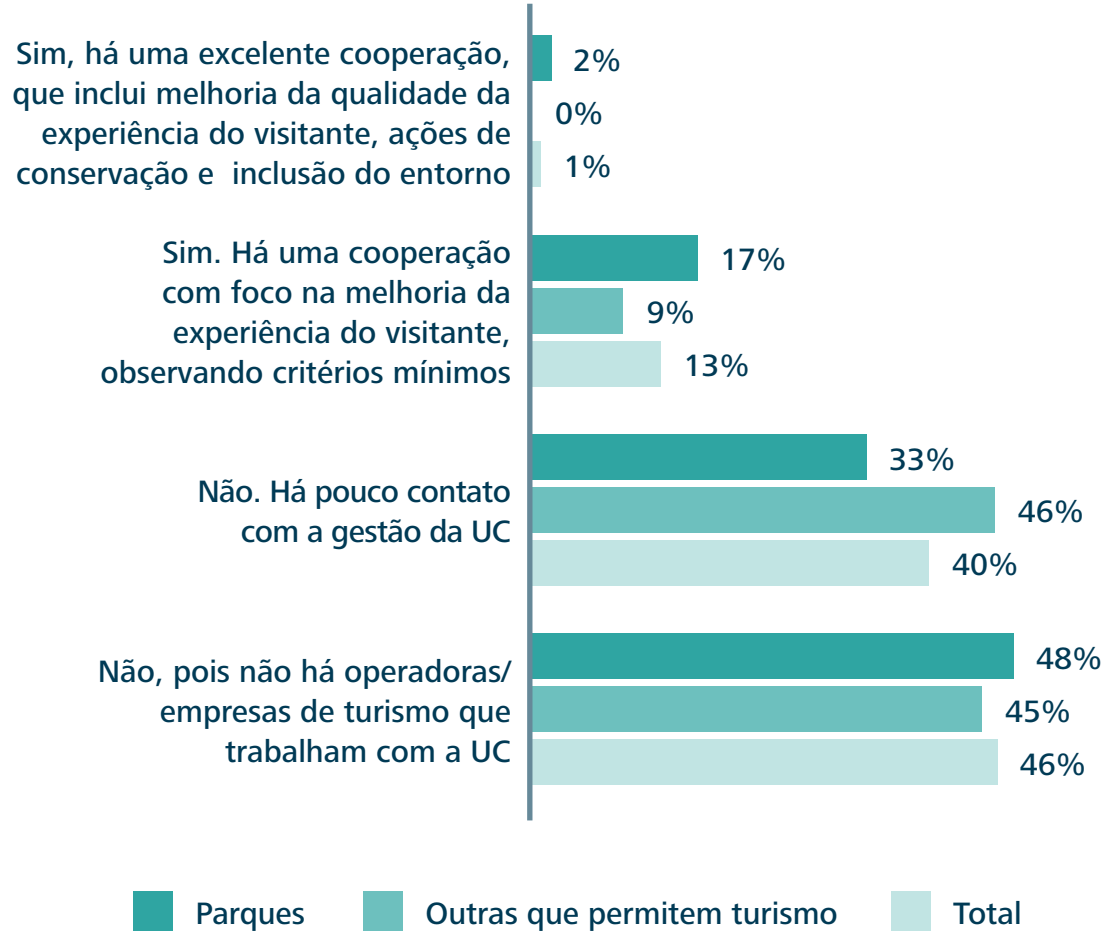
Gráfico 14: Há parcerias com OSCIPs ou empresas do setor privado para estruturação e/ou oferta de bens e serviços turísticos?



A contribuição de operadoras/empresas de turismo com a gestão da área protegida é muito reduzida, acontecendo em apenas 14% das UCs respondentes do Concurso. Isso é, em parte, um reflexo do nível de desenvolvimento ainda inicial de grande parte das UCs, bem como do trabalho incipiente com parcerias, até o momento. A falta da cultura da parceria e muitas vezes a falta de conhecimento sobre formas de negociação com parceiros muitas vezes impede o gestor de perceber a existência de oportunidades de parcerias diversas com empresas e entidades.

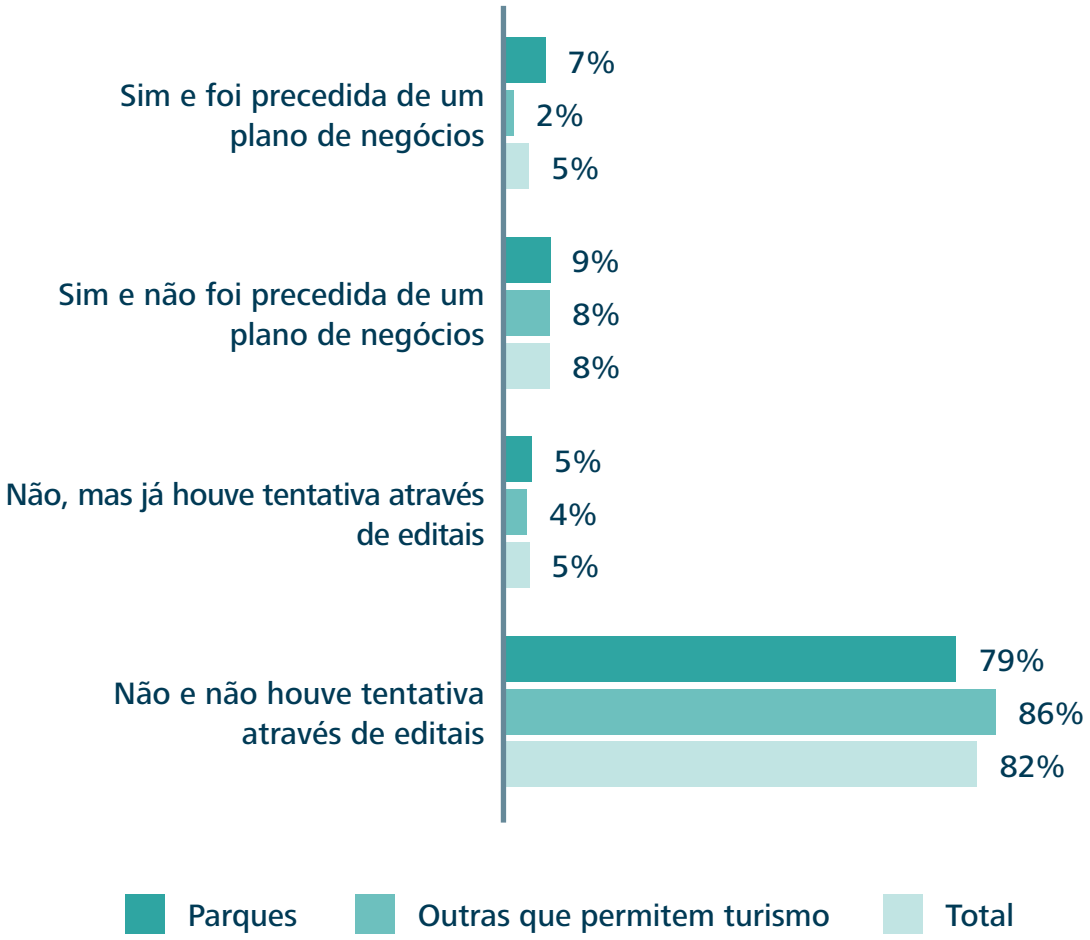
Dentre as UCs que não possuem a colaboração de operadoras/empresas de turismo para gestão da área, 40% dos gestores afirmam que isso não ocorre devido ao pouco contato entre UC e empresas. Quarenta e seis por cento dos gestores, por sua vez, afirmam que a parceria não acontece em função da inexistência de operadoras/empresas que atuem na UC, o que em geral é reflexo de baixos níveis de visitação e pouca divulgação da UC. De qualquer modo, percebe-se que ambos os pontos críticos que vêm impedindo o estabelecimento deste tipo de parceria podem ser suavizados com ações de comunicação, divulgação e estruturação das UCs.

Gráfico 15: As operadoras / empresas de turismo contribuem com a gestão da área protegida?



Assim como no caso das parcerias, o tema das concessões nas Unidades de Conservação ainda é muito incipiente. Atualmente há algum tipo de concessão em apenas 13% das UCs respondentes do Concurso. Dentre estas, mais da metade das concessões foi feita sem a elaboração prévia de um plano de negócios, demonstrando que esse modelo de negócio, quando ocorre, ainda é feito de forma pouco profissionalizada.

Gráfico 16: Há concessões em operação na UC?

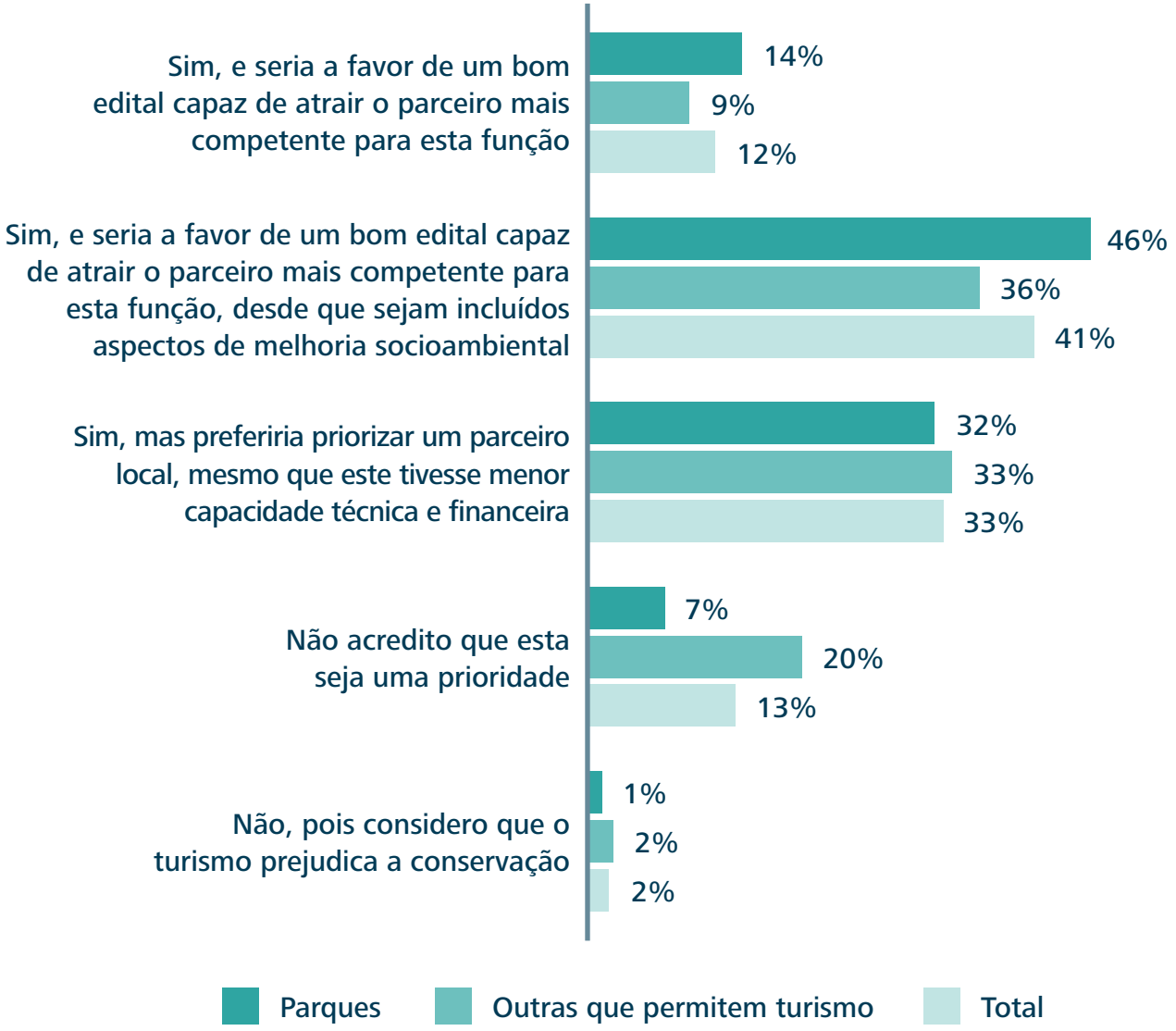


Os gestores que compuseram a amostra desse Concurso mostraram-se muito favoráveis à realização de terceirizações para ampliar a oferta de bens e serviços. Apenas 2% dos gestores mostraram-se de fato contrários a esse tipo de prática, por considerarem que o turismo prejudica a conservação e, portanto, não deve ser incentivado. Treze por cento dos gestores também responderam negativamente, porém, justificaram isso indicando que a visitação não é uma prioridade em sua gestão da UC.

A grande maioria dos gestores (86%), no entanto, responderam positivamente quanto à possibilidade de fazer terceirizações na UC sob sua responsabilidade. A maior parte destes (53% do total da amostra) afirmou que seria favorável à construção de um bom edital, que tivesse condições de atrair e selecionar o parceiro mais competente para o serviço. Parte deles (41% do total da amostra) ressaltou a necessidade de uma preocupação constante com a minimização dos custos ambientais.

Trinta e três por cento (33%) dos respondentes, por outro lado, afirmaram preferir privilegiar um parceiro local, mesmo que sua capacidade técnica e financeira fosse inferior ao melhor colocado "de fora"; deste modo, a UC potencializaria muito sua capacidade de fomentar o desenvolvimento econômico em sua área de entorno, ganhando a confiança da população local.

Gráfico 17: Se você tivesse a possibilidade de fazer terceirizações para ampliar a oferta de bens e serviços turísticos, seria a favor?



O Concurso identificou claramente a existência de um ambiente muito positivo para aumentar a atividade turística e as parcerias nas UCs que permitem uso público. Os gestores mostraram-se bastante abertos e com uma percepção positiva a respeito do crescimento da atividade turística.

A realização de parcerias, terceirizações e outras iniciativas do gênero ainda ocorrem em um nível bastante reduzido, dando indícios da necessidade de maior informação aos gestores e às comunidades sobre como estruturá-las, estabelecê-las e controlá-las.

Por outro lado, parece fundamental que os potenciais parceiros (entidades, empresas privadas, associações locais etc.) também sejam melhor informados com relação às possibilidades e caminhos para o estabelecimento de parcerias, sendo fundamental, para isso, a existência de atores que façam essa intermediação.

5. Condições para concessão

As análises dos itens anteriores demonstraram a existência de um potencial para melhor aproveitamento das atrações das UCs e das áreas de entorno, inclusive no que diz respeito à criação de estruturas de apoio. Aliado a isso, percebe-se uma propensão, por parte dos gestores, a trabalharem em parceria com outras entidades/empresas, com o intuito de melhorar a oferta de estruturas e serviços de apoio ao turismo da UCs sob sua gestão.

Frente a esse cenário e levando em consideração, por um lado, as restrições orçamentárias, legais, de materiais e recursos (inclusive recursos humanos) geralmente associadas às UCs, e, por outro, o interesse demonstrado pelos gestores pelo tema das concessões, tem-se nestas uma alternativa bastante interessante para fomentar o desenvolvimento da visitação nas Unidades de Conservação brasileiras.

Nesse sentido, criou-se um índice de condições para concessão, com base em questões componentes do formulário, que pudesse fornecer subsídios acerca das Unidades de Conservação com as melhores condições para iniciar um processo de concessão.

O índice para concessões foi desenvolvido a partir de quatro variáveis relacionadas com a estruturação das UCs em termos de ferramentais de gestão, quais sejam: a existência de plano de manejo, de plano de uso público, de controle dos impactos do uso público e de estrutura de apoio ao turismo.

As diferentes alternativas de cada questão foram ranqueadas, atribuindo-se valores superiores para as respostas mais favoráveis à concessão. A tabela que segue detalha os parâmetros utilizados para o ranqueamento.

Tabela 4: Parâmetros utilizados para ranqueamento das variáveis utilizadas na construção do índice para concessões

Variável	3	2	1	0
Plano de manejo	Possui plano implementado	Possui plano sem implementação	Em desenvolvimento	Não possui
Plano de uso público	Possui plano	Plano em desenvolvimento	Não possui, mas quer fazê-lo	Não possui
Controle dos impactos do uso público	-	-	Sim, controla	Não controla
Estrutura de apoio ao turismo	-	Existe e ajuda a atrair turistas	Existe em desenv./ tímida	Não possui

Por fim, essas quatro variáveis foram agrupadas em um único índice através do uso da análise fatorial. Esse índice foi normalizado, de forma a ter valor mínimo 0% e máximo 100%. Quanto maior o valor do índice, melhores são as condições para concessão.

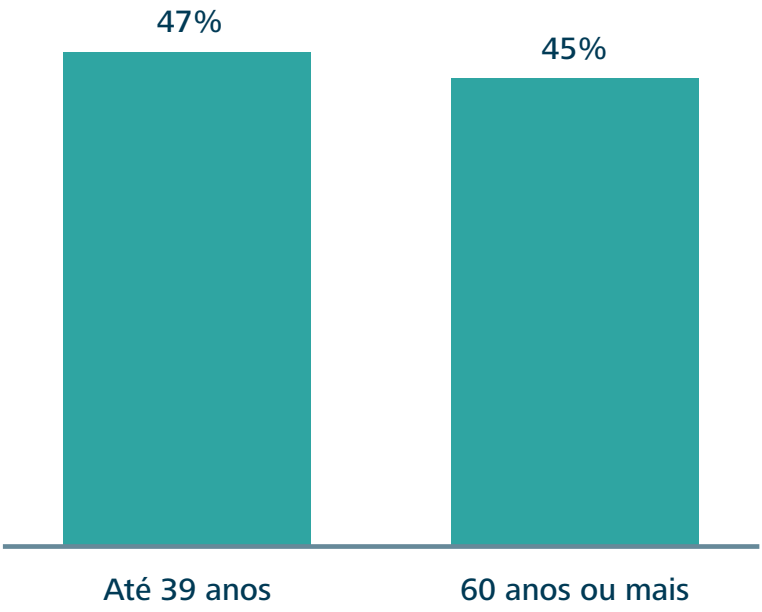
Inicialmente são apresentados resultados gerais do índice para o seguinte conjunto de variáveis, identificadas como as mais significativas: faixa etária do gestor, região de localização da UC, órgão gestor responsável pela UC, volume de visitação anual e cobrança de ingresso.

Tabela 5: Parâmetros utilizados para ranqueamento das variáveis utilizadas na construção do índice para concessões

Variável	3	2	1	0
Plano de manejo	**Possui plano implementado**	**Possui plano sem implementação**	**Em desenvolvimento**	**Não possui**
Parques	41%	18%	26%	15%
Outras UCs que permitem visitação	22%	15%	34%	29%
Total	31%	17%	30%	22%
Plano de uso público	**Possui plano**	**Plano em desenvolvimento**	**Não possui, mas quer fazê-lo**	**Não possui**
Parques	44%	30%	25%	1%
Outras UCs que permitem visitação	26%	25%	44%	5%
Total	35%	28%	34%	3%
Controle dos impactos do uso público	**-**	**-**	**Sim, controla**	**Não controla**
Parques	-	-	35%	65%
Outras UCs que permitem visitação	-	-	16%	84%
Total	-	-	25%	75%
Estrutura de apoio ao turismo	**-**	**Existe e ajuda a atrair turistas**	**Existe em desenv./ tímida**	**Não possui**
Parques	-	33%	50%	17%
Outras UCs que permitem visitação	-	32%	42%	26%
Total	-	32%	46%	22%

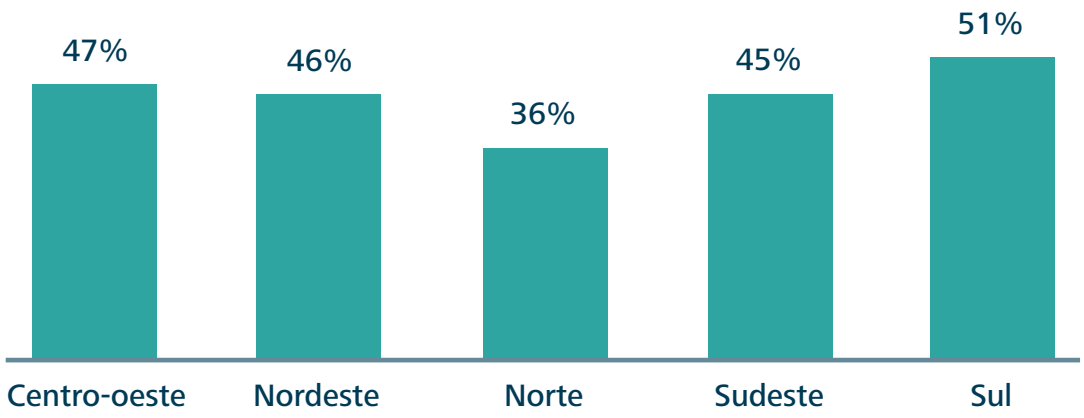
A faixa etária do gestor não é uma variável significativa para identificação de UCs com melhores ou piores condições para concessão. Isso se deve ao fato de haver pouca variação na idade dos gestores, com grande concentração até os 40 anos, e poucos indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos. Esse cenário, formado fundamentalmente por indivíduos de uma mesma geração, tende a ser mais homogêneo em suas linhas de pensamento e discussões.

Gráfico 18: Índice médio de condições para a concessão por faixa etária do gestor



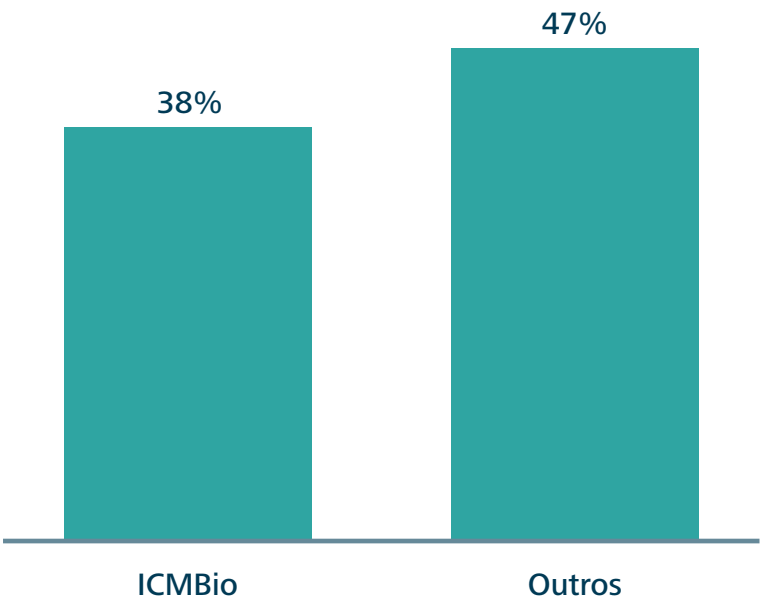
Em média, Unidades de Conservação localizadas na região Sul possuem melhores condições para concessão, seguidas pelas UCs das regiões Centro-Oeste, Nordeste e Sudeste. A região Norte, apesar de possuir diversas e importantes UCs em seu território, possui as piores condições para concessão.

Gráfico 19: Índice médio de condições para a concessão por região da Unidade de Conservação



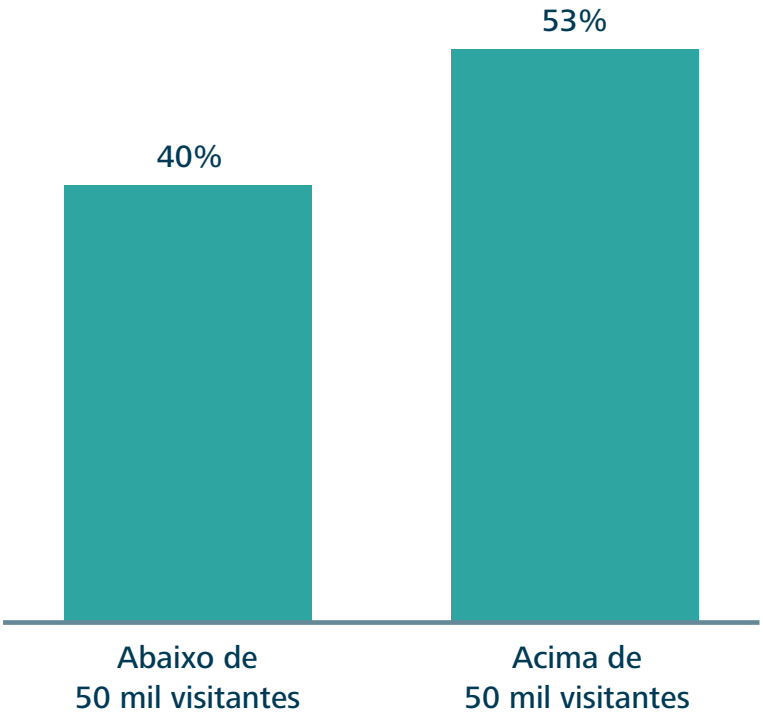
A análise do índice de condições para concessão por órgão gestor indica que as UCs federais, sob gestão do ICMBio, possuem condições para concessão inferiores às UCs sob administração de órgãos estaduais ou municipais.

Gráfico 20: Índice médio de condições para a concessão por órgão gestor



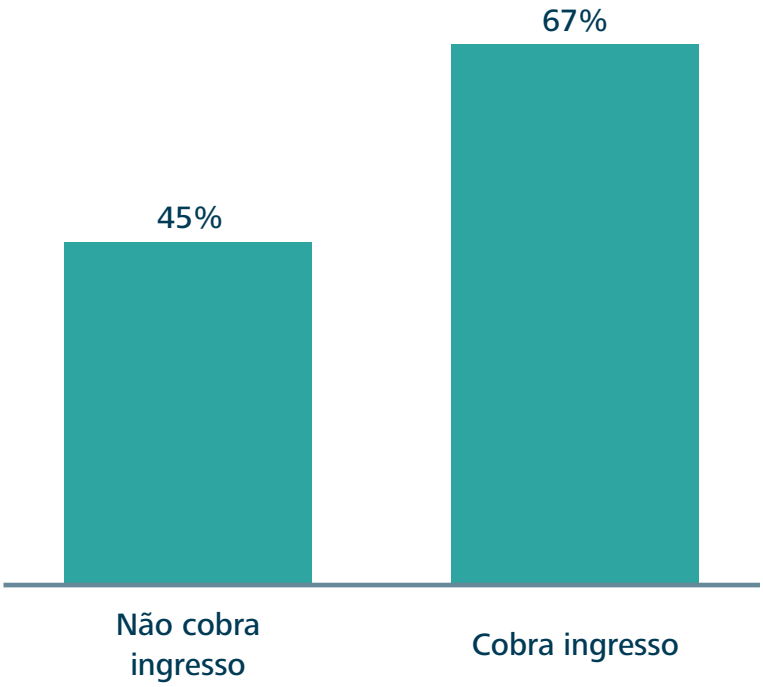
No que diz respeito ao número de visitas anuais, as UCs que recebem mais de 50 mil visitantes anuais possuem melhores condições para concessão do que aquelas que recebem um volume inferior a este. Isso pode ser explicado, em parte, pelo fato de que UCs que recebem um maior fluxo de visitantes tendem a estar mais bem estruturadas e terem uma gestão mais profissionalizada do que UCs que recebem pequenos fluxos.

Gráfico 21: Índice médio de condições para a concessão pelo número de visitas anuais



A cobrança de ingresso parecer ter efeito similar sobre o índice médio para concessões. UCs que cobram ingresso de seus visitantes possuem melhores condições para concessão do que UCs que não fazem cobrança de ingresso.

Gráfico 22: Índice médio de condições para a concessão por cobrança de ingresso para visitação



6. Apêndice: Unidades de Conservação que não permitem turismo

O Concurso cultural "Gestores Disseminadores de Conhecimento" não se restringiu às UCs que permitem turismo. A possibilidade de responder ao questionário esteve aberta a qualquer gestor de UC, inclusive aquelas que, em teoria, não recebem visitas, exceto orientadas para atividades de educação ambiental e pesquisadores.

As UCs que não permitem turismo não constituíram foco da análise desejada, já que o objetivo é justamente aumentar o conhecimento sobre situações relativas a uso público e visitação, o que não é permitido nas UCs de categoria "estação ecológica" ou "reserva biológica". Por este motivo, estas informações não foram incluídas na análise geral realizada anteriormente.

A amostra total obtida com o concurso cultural "Gestores Disseminadores de Conhecimento" abarcou 28 formulários preenchidos por gestores de UCs que não permitem turismo. Destes, 60,7% referiam-se a gestores de estações ecológicas, e 39,3% a gestores de reservas biológicas, proporcionalidade esta basta coerente com a distribuição desse tipo de UC no universo, como evidencia a Tabela 6: Amostra e população de UCs.

Gráfico 23: Tipo de UC

Tabela 6: Amostra e população de UCs

Tipo	Amostra	% Amostra	Universo	% Universo
Estações Ecológicas (ESEC)	17	60,7%	90	63,8%
Reservas Biológicas (REBIO)	11	39,3%	51	36%

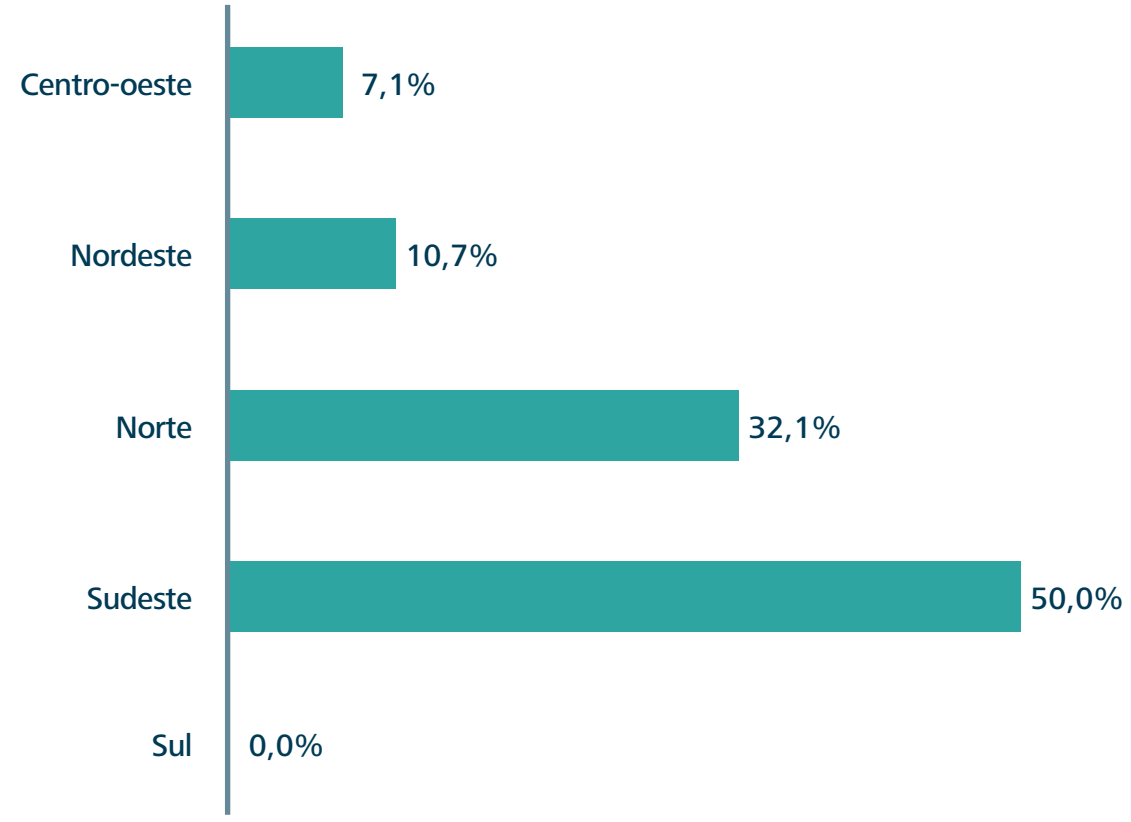
Fonte: Elaboração própria, incluindo dados da Tabela Consolidada das Unidades de Conservação do CNUC de 12/06/12.

As UCs componentes da amostra estão igualmente distribuídas no que diz respeito a seu órgão gestor: 50% delas são geridas pelo ICMBio e 50% por órgãos estaduais de meio ambiente. Não há, no Brasil, estações ecológicas ou reservas biológicas sob a gestão de municípios.

Gráfico 24: Órgão gestor

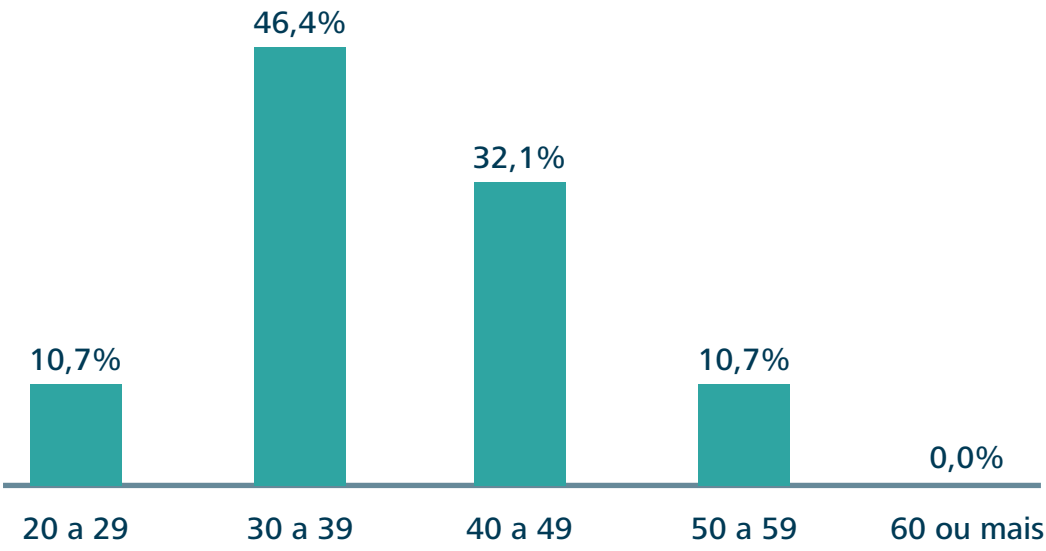
Metade das UCs respondentes que não permitem turismo em sua área está localizada na região Sudeste, seguida pela região Norte (32,1%). As regiões Nordeste e Centro-Oeste possuem representatividade significativamente menor. Nenhuma das UCs dentro dessa categoria estava situada na região Sul.

Gráfico 25: Região da Unidade de Conservação



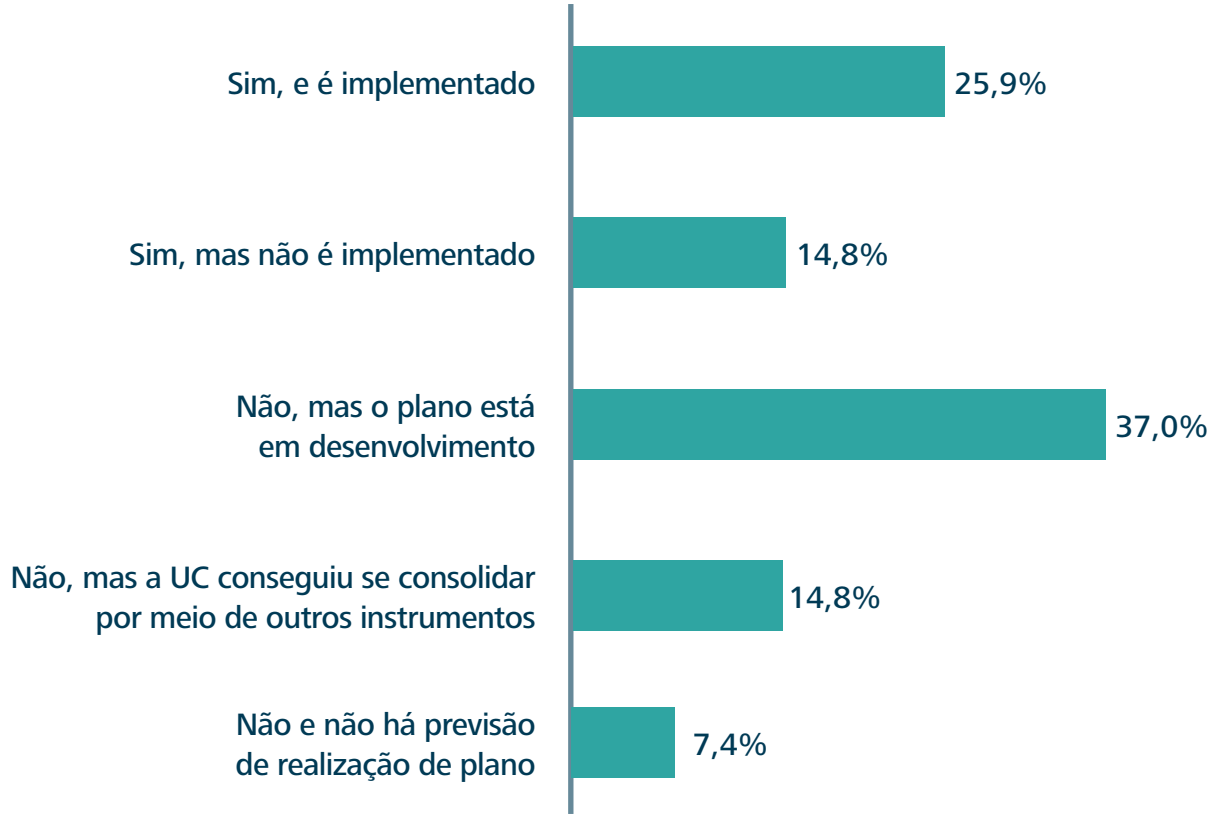
Assim como no caso das demais UCs, os gestores das ESECs e REBIOs são bastante jovens. Nenhum gestor afirmou ter mais de 60 anos, ao passo que 57,1% têm até 40 anos.

Gráfico 26: Idade dos entrevistados



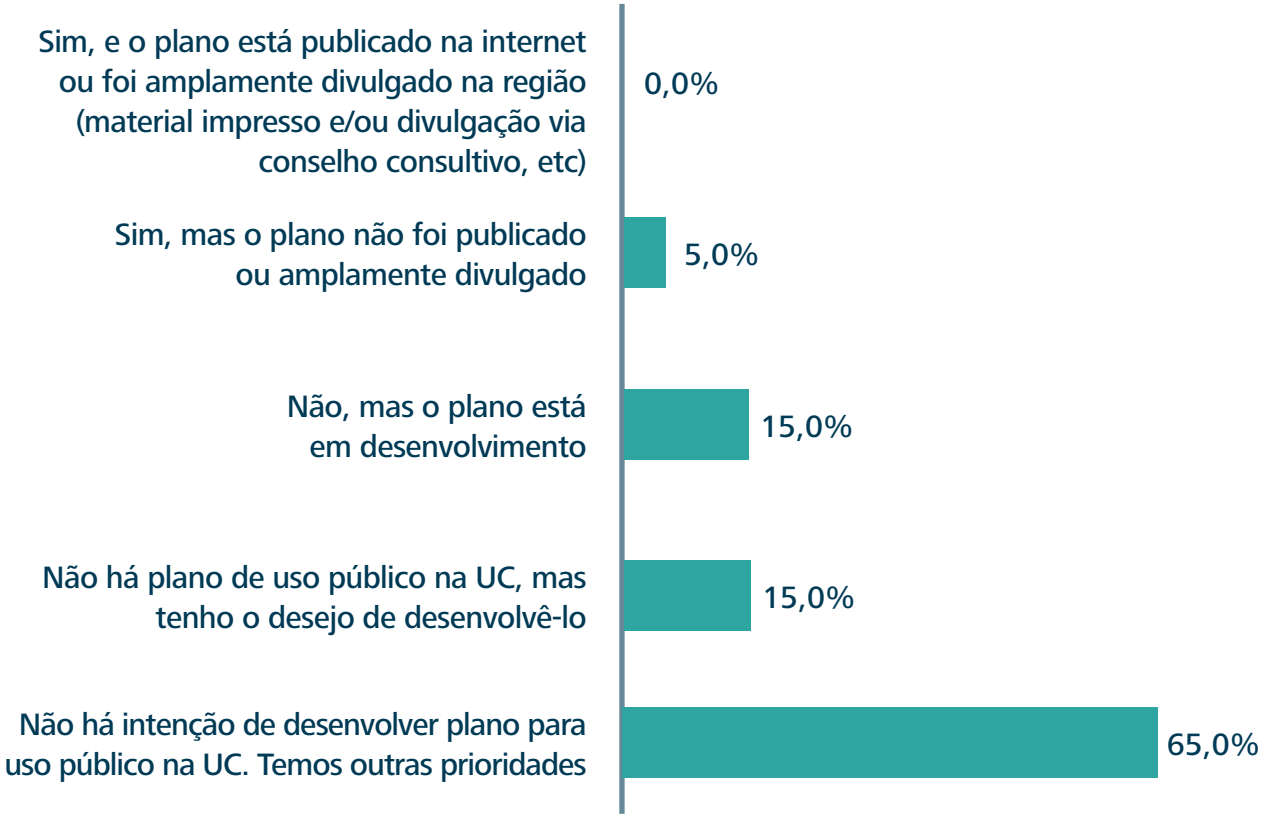
A situação das UCs com relação a suas ferramentas de apoio à gestão é bastante heterogênea. A maioria das UCs (77,7%) possui plano de manejo – pronto ou em elaboração –, apesar de apenas 25,9% delas terem conseguido implementá-lo. Apesar de serem UCs mais restritivas e por vezes situadas em ambientes mais frágeis, demandando, portanto, uma estratégia de conservação mais complexa, ainda apresentam níveis de implementação muito baixos. Para fins comparativos, no caso das UCs que permitem turismo, 31,2% já conseguiram implementar seus planos de manejo.

Gráfico 27: A Unidade de Conservação tem plano de manejo?



O plano de uso público, por sua vez, não é identificado como prioridade por 65% dos gestores pesquisados nessa amostra. No entanto, 20% das UCs parecem ter plano de uso público finalizado ou em desenvolvimento.

Gráfico 28: Existe plano para uso público na Unidade de Conservação?



No que diz respeito à situação do uso público nas UCs respondentes, a totalidade (100%) dos gestores informou não haver cobrança de ingresso instituída na UC, e tampouco potencial para geração de receita decorrente de visitação ao local, como evidenciado pelos gráficos 29 e 30 que seguem.

Gráfico 29: Há cobrança de ingresso para entrada na UC?

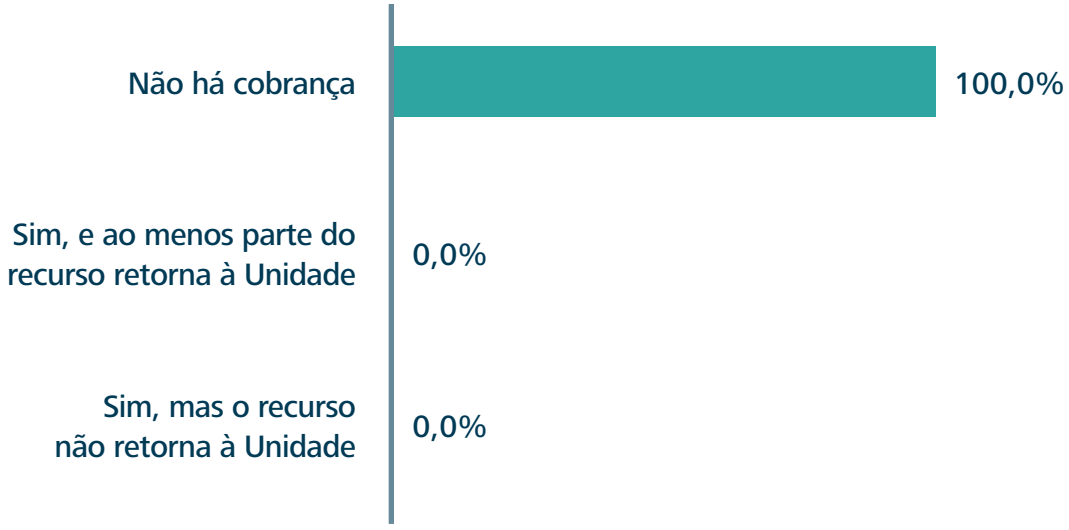
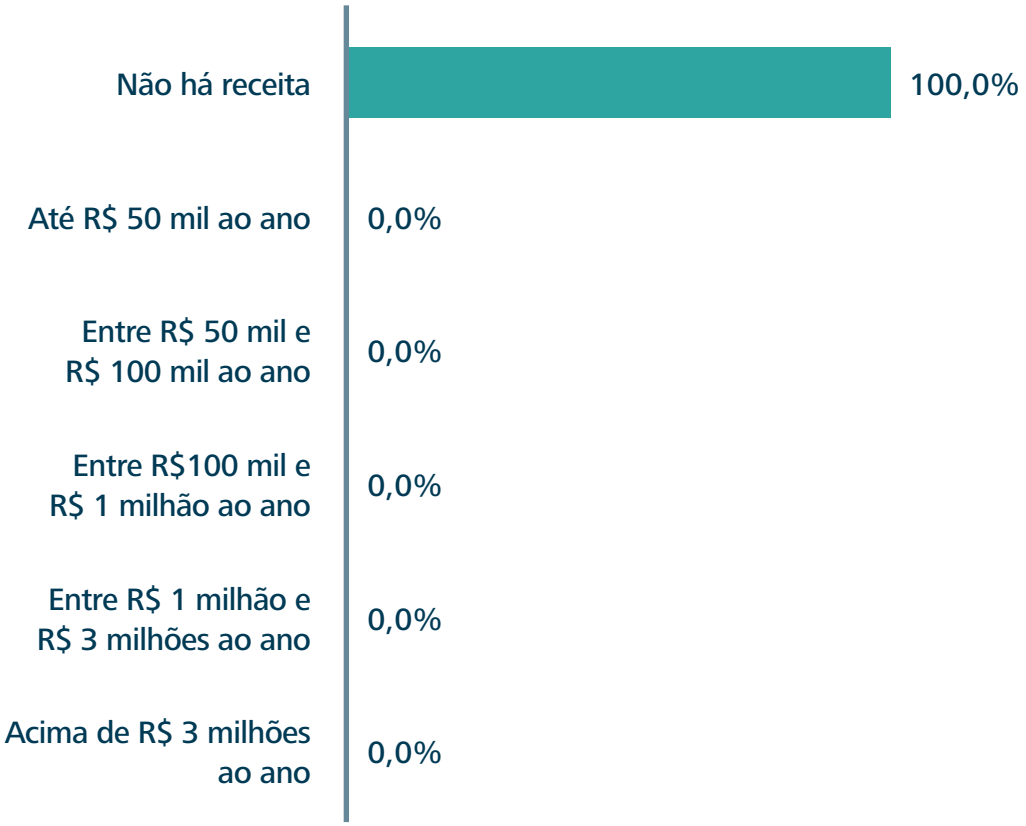
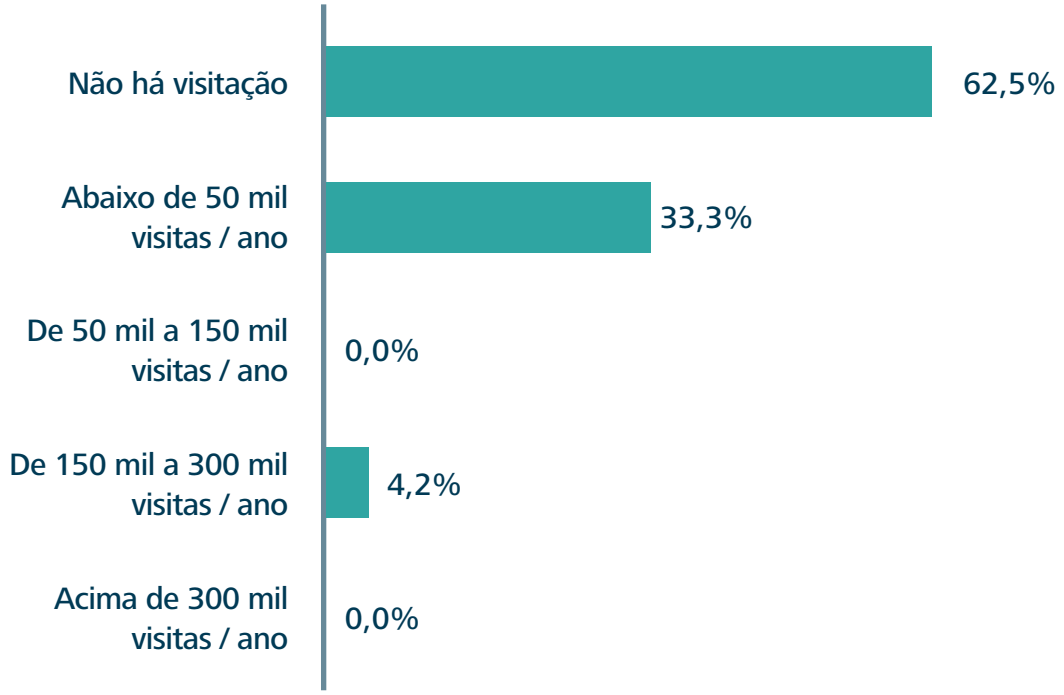


Gráfico 30: Qual é a estimativa da receita relacionada ao uso público gerada dentro da UC?



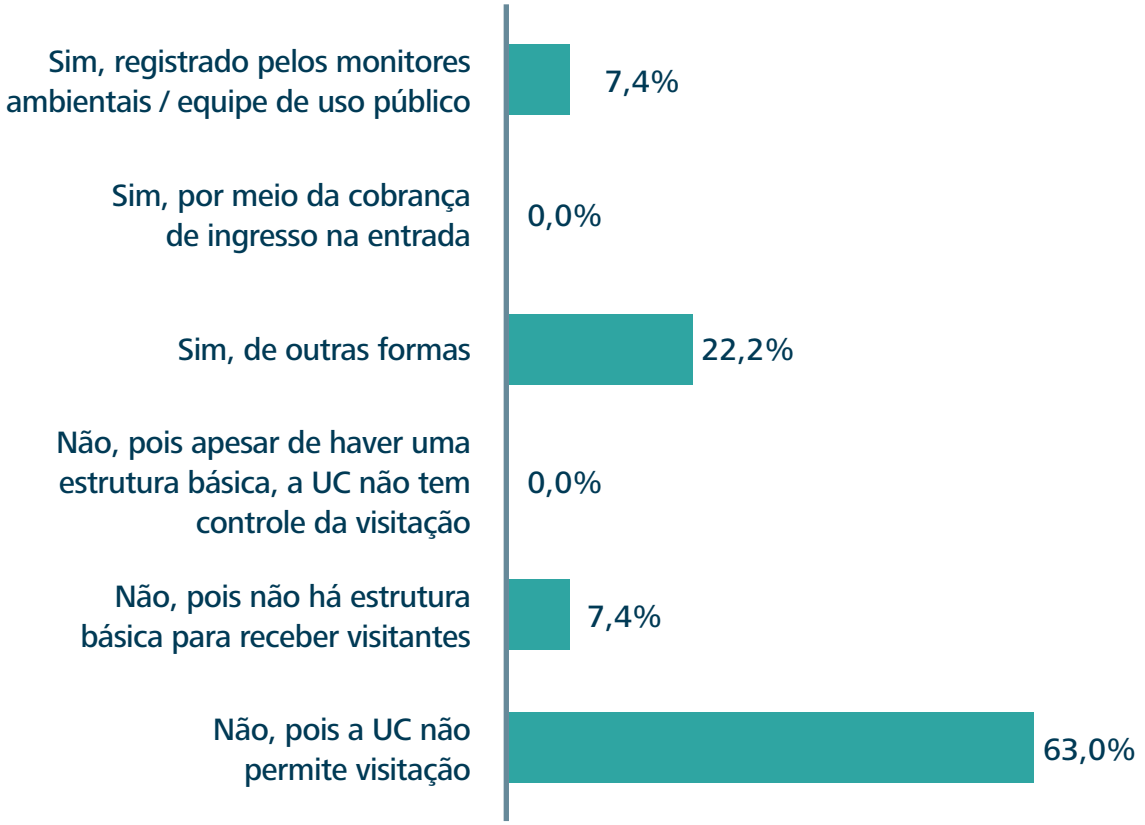
Por outro lado, apenas 62,5% dos respondentes afirmou não haver visitação na UC da qual é gestor. Em 37,5% das UCs, há aparentemente algum tipo de visitação, o que formalmente só poderia acontecer se a UC permite visitas orientadas para atividades de educação ambiental.

Gráfico 31: Qual é a faixa de visitação anual na UC?



Porém, há indícios que nem sempre há controle sobre o propósito da visitação: há uma diferença de 7,9 pontos percentuais entre as UCs que recebem visitação e as controlam o número de visitantes.

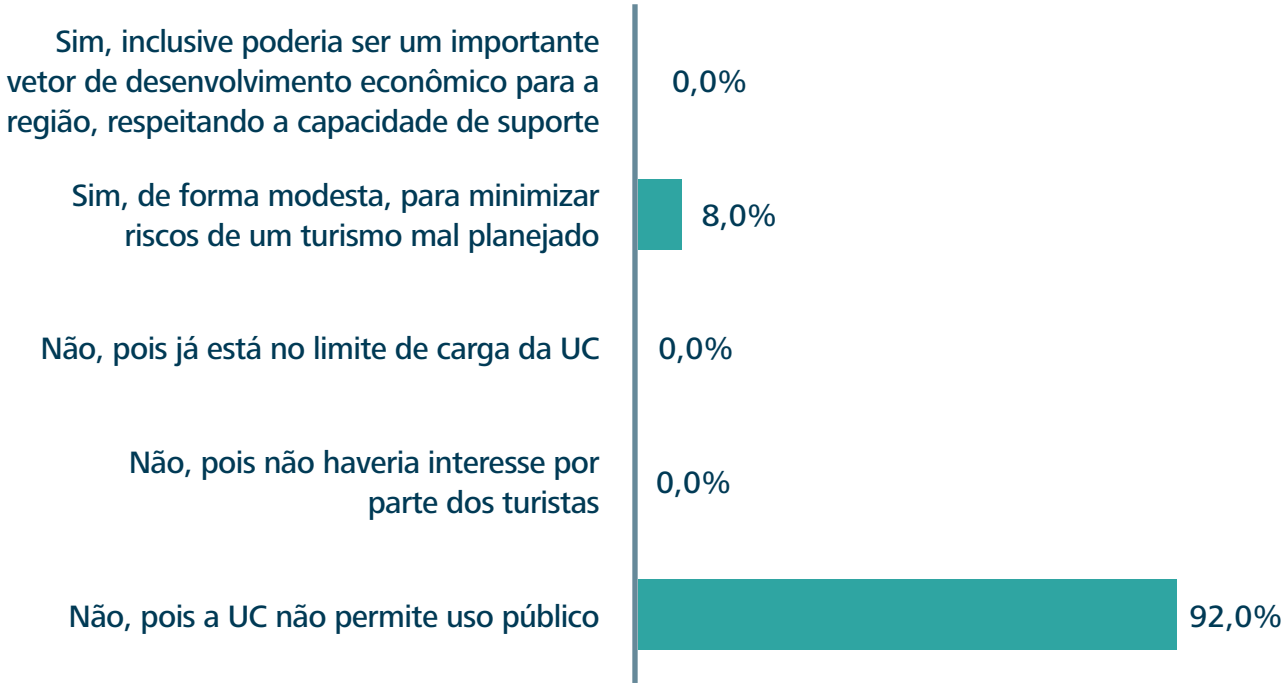
Gráfico 32: Há controle sobre o número de visitantes na UC?



Há que se levar em consideração a possibilidade de má interpretação da questão e de suas alternativas, pois tratou-se de um questionário fechado e idêntico para todos os tipos de UC. Tanto o volume de visitantes quanto os mecanismos de controle instituídos poderiam dizer respeito à visitação de técnicos, cientistas ou outros indivíduos dentro do perfil permitido em cada tipo de UC.

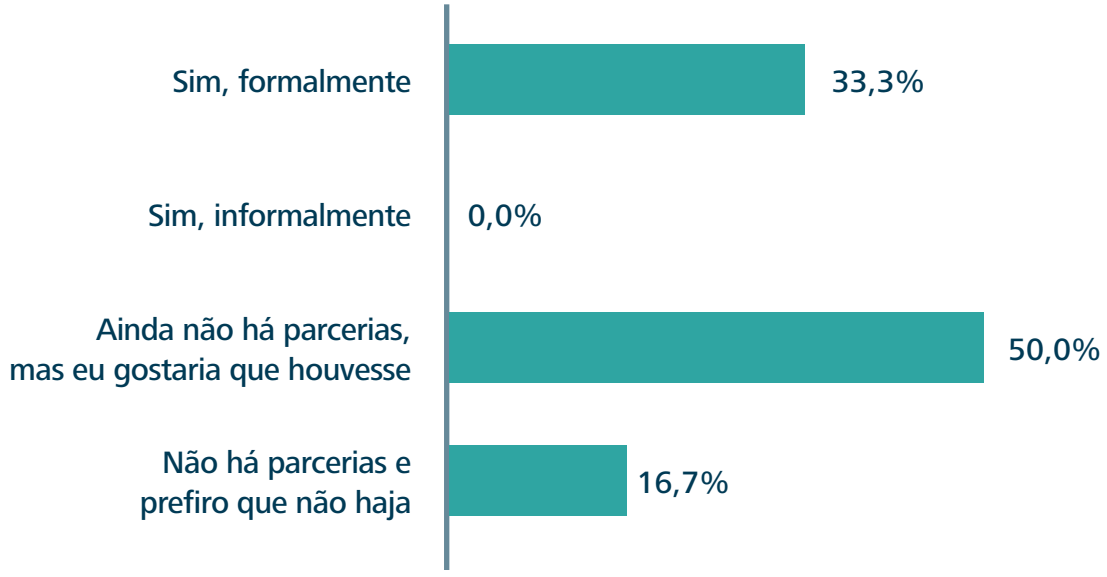
A mesma possível incongruência ou má interpretação na resposta aconteceu ao questionar os gestores sobre o potencial de crescimento do turismo dentro da UC. Dos respondentes, 8% dos respondentes afirmou que esta atividade poderia crescer em alguma medida dentro da área sob sua responsabilidade, quando, em teoria, este percentual deveria ter sido igual a 0%.

Gráfico 33: O turismo relacionado à visitação na UC tem potencial de crescer?



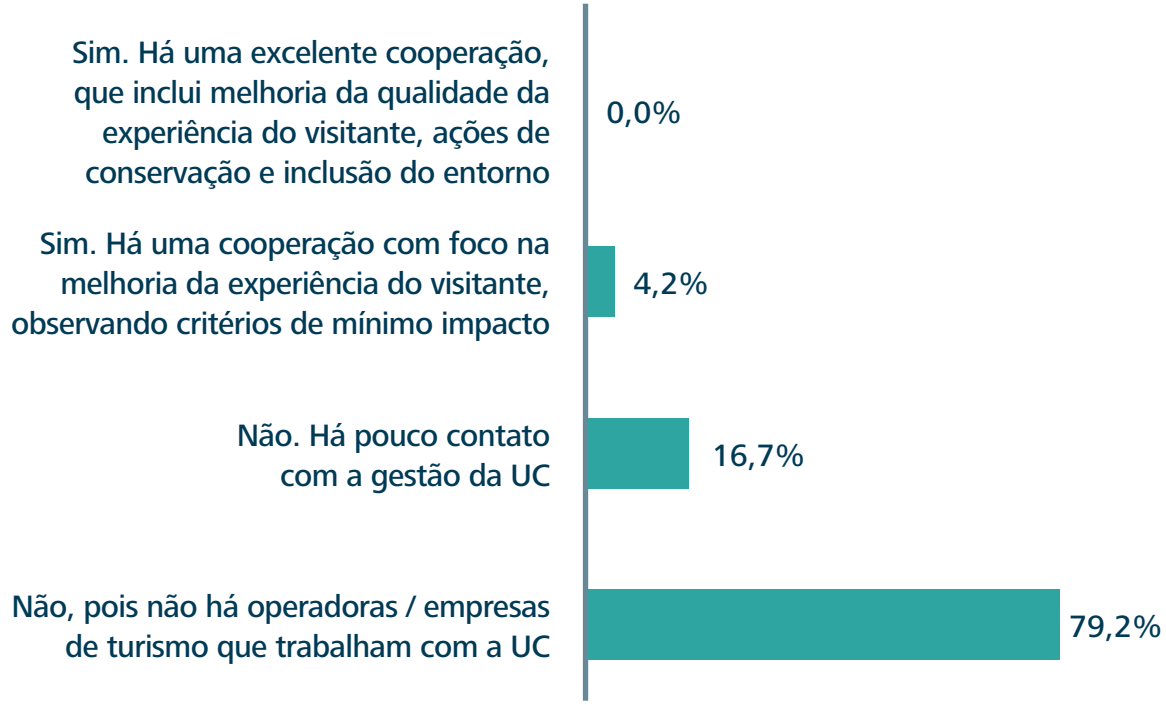
A identificação de realização de parcerias e associações entre UC e outras entidades/empresas corroboram com esta incongruência ou má interpretação. Mais de 30% das UCs possuem algum tipo de parceria com OSCIPs ou empresas do setor privado para estruturação e/ou oferta de bens e serviços turísticos.

Gráfico 34: Há parcerias com OSCIPs ou empresas do setor privado para estruturação e/ou oferta de bens e serviços turísticos?



Ainda a esse respeito, em 4,2% das UCs há operadoras/empresas de turismo atuando de forma complementar na gestão da área protegida, com ações que focam a melhoria da experiência do visitante no local. Uma vez que estas as UCs não permitem turismo e, não deveriam ter parcerias instituídas com operadoras e agências de turismo, exceto se for com operadoras que fazem estudos do meio ambiente. Mas o questionário não verificou este tipo de informação.

Gráfico 35: As operadoras / empresas de turismo contribuem com a gestão da área protegida?



Nenhuma das UCs cujos gestores responderam à pesquisa teve qualquer experiência de realização de concessões em sua área. Entretanto, como evidencia o Gráfico 37, 38,9% dos gestores seria favorável a processos de terceirizações voltados para a ampliação da oferta de bens e serviços turísticos.

Gráfico 36: Há concessões em operação na UC?

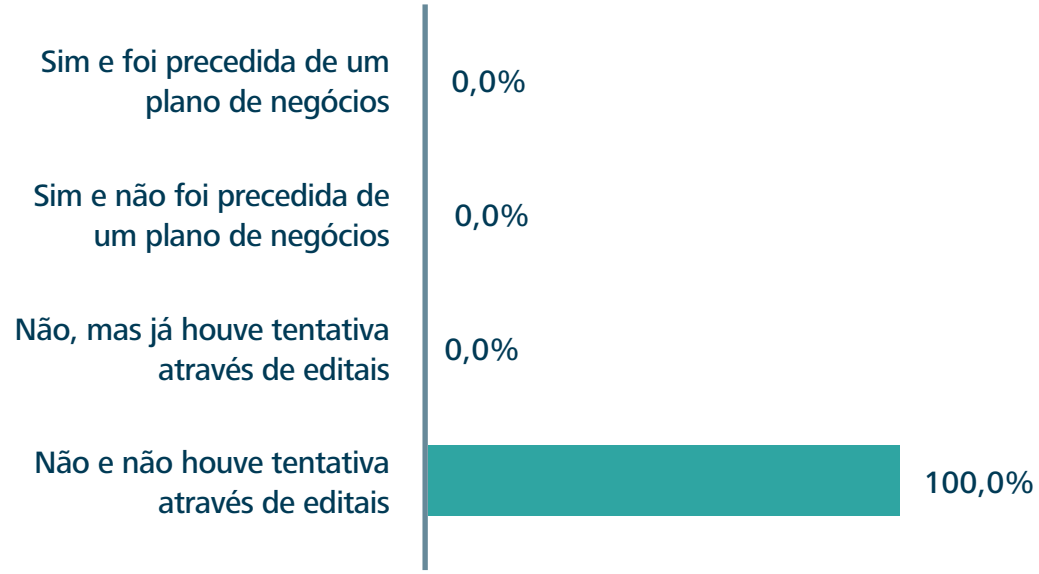
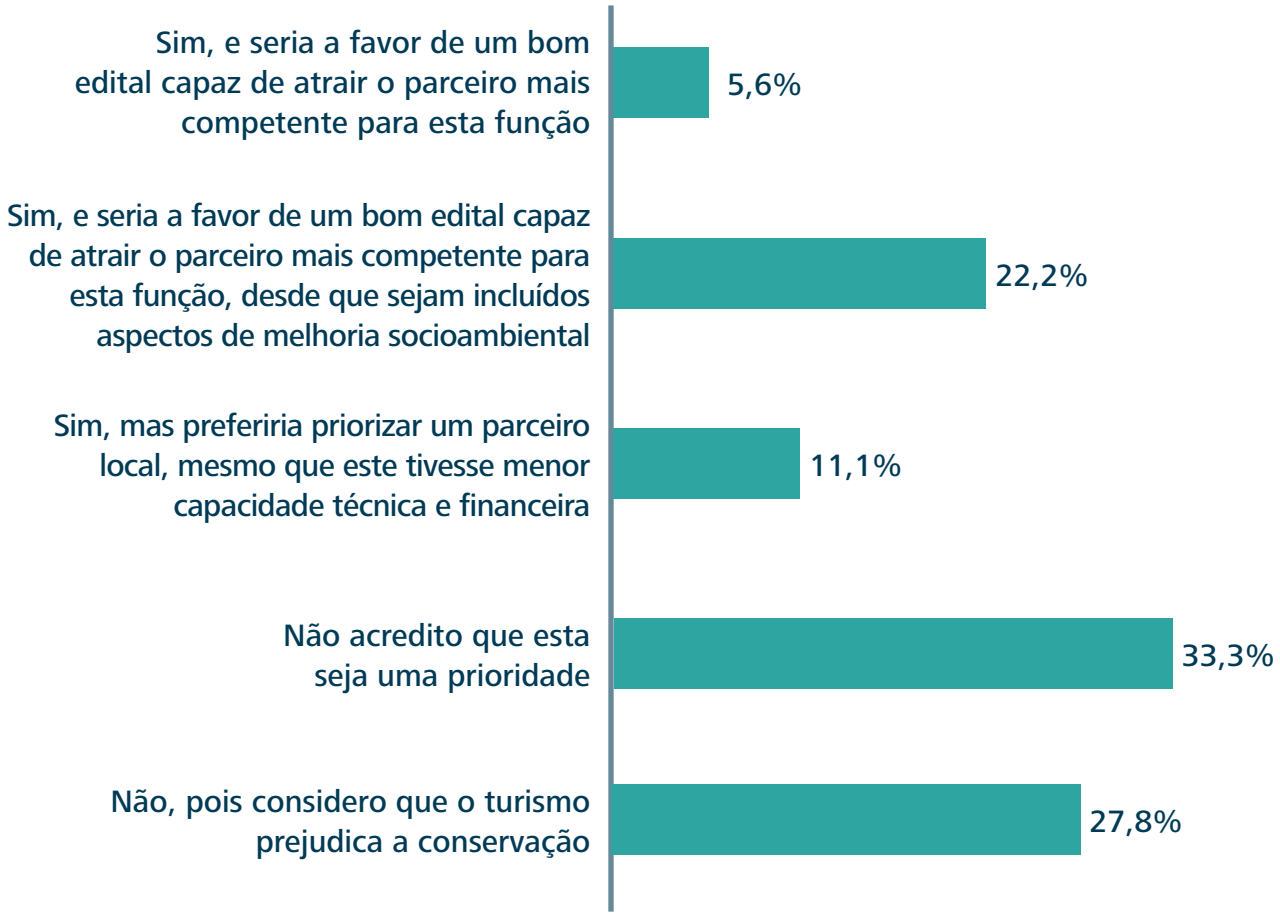


Gráfico 37: Se você tivesse a possibilidade de fazer terceirizações para ampliar a oferta de bens e serviços turísticos, seria a favor?

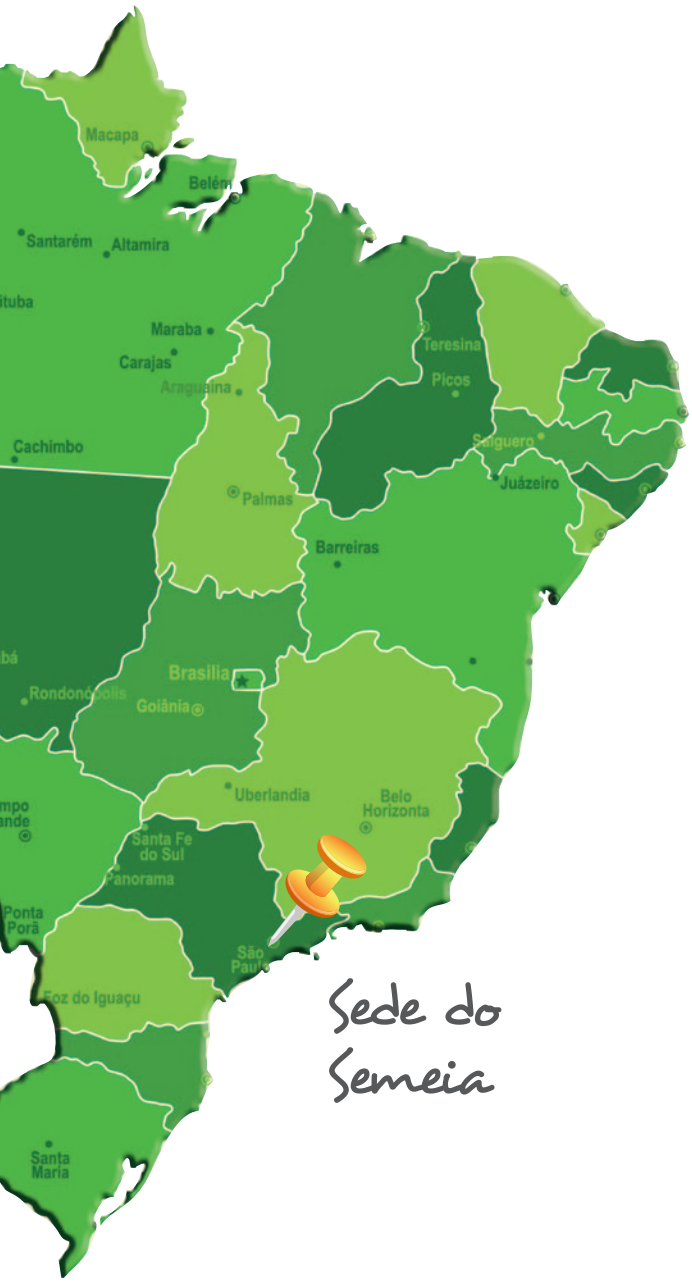


A análise deste conjunto de dados evidencia dois aspectos em particular. Em primeiro lugar, a possibilidade de uma incoerência entre a teoria e a prática, ou seja, entre a legislação que rege as UCs de tipo REBIO e ESEC e as práticas adotadas por seus gestores, com relação à visitação e uso público. Há certa constância no percentual de gestores que se posiciona positivamente com relação à existência de uso público em sua UC, fornecendo indicativos de que ela efetivamente acontece.

Em segundo lugar, percebe-se uma tendência dos gestores não se posicionarem veemente contra o uso público, a visitação e o turismo. A última questão é um claro exemplo disso. Apesar de possuir uma alternativa que permite ao gestor se posicionar de forma bastante crítica e incisiva quanto à presença de visitação turística em sua UC ("Não, pois considero que o turismo prejudica a conservação"), esta alternativa é de escolha de apenas 27,8% dos gestores. O mesmo se repete ao questionar o gestor sobre a existência de parcerias com OSCIPS ou empresas do setor privado; apenas 16,7% deles afirmam preferir que não haja parcerias.

Esses resultados são indícios de certo amadurecimento dos gestores de UC quanto aos benefícios propiciados pela visitação pública, deixando de lado uma postura crítica combativa para adotar uma postura reflexiva e eventualmente questionadora das regras e parâmetros existentes. Isso, aliado à existência de um cenário no qual o uso público é realidade em áreas onde pretensamente não deveria estar ocorrendo, dá indícios da necessidade de revisão da aptidão e do nível de fragilidade dessas áreas, e de sua categorização no SNUC.

Instituto Semeia: Quem Somos



Sede do Semeia

Missão

Transformar as áreas protegidas em motivo de orgulho para todos os brasileiros.

Visão

Ser referência na articulação entre o setor público e o privado para o desenvolvimento e a aplicação de modelos de gestão inovadores e sustentáveis em áreas protegidas.

Somos uma organização sem fins lucrativos, comprometida com políticas públicas e com contribuição de longo prazo. Não temos vínculo nem preferência partidária.

Nosso universo de atuação são as Unidades de Conservação (UCs) brasileiras, seja de uso sustentável, seja de proteção integral. No primeiro triênio (2011-2013), estamos especialmente focados em áreas que permitem o uso público. Acreditamos no turismo como uma ferramenta com enorme potencial de conciliar conservação e desenvolvimento. Também acreditamos que é preciso buscar parceiros na iniciativa privada que tenham uma atuação ética e responsável na sua forma de fazer negócios, musculatura técnica e financeira e conhecimento, e que possam trazer a excelência em gestão para o espaço público, tornando-se parceiros do governo na conservação das UCs e na geração de benefícios econômicos e sociais para a sociedade como um todo.

Queremos atuar como um fio condutor que une iniciativas, pessoas, empresas e organizações nacionais e internacionais que possam contribuir para a excelência na gestão das UCs brasileiras. O Semeia não opera negócios em UCs e tampouco as gerencia.

Queremos adicionar valor:

- *Ajudando na construção de soluções inovadoras para gestão de UCs junto aos setores público e privado, sociedade civil e academia;*
- *Trazendo referências de gestão de outros setores e países;*
- *Identificando padrões de excelência nacionais e internacionais nesta área.*

No relatório completo:
Saiba mais sobre o Semeia.
www.semeia.org.br

Sobre a Turisdata

Responsável pela tabulação e análise de dados, das informações provenientes do banco de dados obtido pelo Semeia durante o Concurso Gestores Disseminadores de Conhecimento.

A Turisdata é uma empresa especializada na realização de pesquisas, análises de dados e planejamento – estratégico e tático –, para entidades e empresas do setor de turismo. Sua experiência com pesquisas ligadas à visitação e uso turístico de áreas suscitou a parceria entre Turisdata e Semeia.

Questionário do Concurso

Gestores Disseminadores de Conhecimento

PARTE 1 de 2: Dados Pessoais

Tempo estimado para responder o questionário: 5 minutos.

Este Concurso é exclusivo para Gestores e Ex-Gestores de Unidade de Conservação.

Regulamento no site: www.semeia.org.br.

Curta a página do Semeia no Facebook e acompanhe o Concurso!

---

1. Nome completo

2. Email

3. Data de Nascimento

4. UC onde atua ou atuou.

Caso tenha atuado em várias UCs, sugerimos que selecione a mais recente.

Nome da UC

Órgão Gestor

5. Você é o atual gestor da UC?

- ◉ Sim
- ◉ Não

Gestores Disseminadores de Conhecimento

6. Em qual Estado você está baseado?

- ◉ Acre
- ◉ Alagoas
- ◉ Amapá
- ◉ Amazonas
- ◉ Bahia
- ◉ Ceará
- ◉ Distrito Federal
- ◉ Espírito Santo
- ◉ Goiás
- ◉ Maranhão
- ◉ Mato Grosso
- ◉ Mato Grosso do Sul
- ◉ Minas Gerais
- ◉ Pará
- ◉ Paraíba
- ◉ Paraná
- ◉ Pernambuco
- ◉ Piauí
- ◉ Rio de Janeiro
- ◉ Rio Grande do Norte
- ◉ Rio Grande do Sul
- ◉ Rondônia
- ◉ Roraima
- ◉ Santa Catarina
- ◉ São Paulo
- ◉ Sergipe
- ◉ Tocantins

Gestores Disseminadores de Conhecimento

7. Endereço onde quer receber o livro. Informar rua, número, complemento, CEP, cidade e estado.

O Semeia e a Nexucs não se responsabilizam pelo recebimento do livro caso o endereço esteja incompleto ou errado.

8. Curso superior (graduação):

9. Para onde você pretende doar o livro? (o nome da Instituição já basta)

Após a leitura, sugerimos que doe o Livro para um local próximo à UC que possibilite livre acesso. Bibliotecas de universidades públicas, por exemplo, seriam uma ótima opção. Informe a doação para o Semeia, por formulário que lhe será disponibilizado.

Faremos uma página no site dedicada às doações.

10. Algum gestor de Unidade de Conservação te indicou este concurso? Citar nome e UC de onde ele é / foi gestor.

O gestor mais citado ganhará um iPad! Acompanhe os resultados preliminares no site www.semeia.org.br.

◉ Nenhum gestor indicou

◉ Sim, fui indicado por:

Gestores Disseminadores de Conhecimento

PARTE 2 de 2: Compartilhe conosco a suas percepções

Os resultados gerais serão compartilhados com você. As informações individuais serão mantidas com confidencialidade. Ao responder, considere a UC que você mencionou no início do questionário.

1. A UC tem plano de manejo?

- ◯ Sim, e é implementado.
- ◯ Sim, mas não é implementado.
- ◯ Não, mas o plano está em desenvolvimento.
- ◯ Não, mas a UC conseguiu se consolidar por meio de outros instrumentos (Plano Emergencial, Diagnóstico inicial, etc.)
- ◯ Não e não há previsão de realização de plano.
- ◯ Prefiro não responder.

2. De forma geral, as comunidades locais da UC identificam oportunidades de geração de emprego e renda proporcionadas pela Unidade?

- ◯ Sim, esta é a percepção da maioria.
- ◯ Não, mas há iniciativas que estão mudando esta percepção.
- ◯ Não. A relação entre a existência da UC e oportunidades de geração de emprego e renda não é percebida pelas comunidades.
- ◯ Não. A UC é identificada como um entrave às oportunidades de geração de emprego e renda pelas comunidades.
- ◯ Não sei/ prefiro não responder.

3. Existe plano para uso público na Unidade de Conservação?

- ◯ Sim, e o plano está publicado na internet ou foi amplamente divulgado na região (material impresso e/ou divulgação via conselho consultivo, etc).
- ◯ Sim, mas o plano não foi publicado ou amplamente divulgado.
- ◯ Não, mas o plano está em desenvolvimento.
- ◯ Não há plano de uso público na UC, mas tenho o desejo de desenvolvêlo.
- ◯ Não há intenção de desenvolver plano para uso público na UC. Temos outras prioridades.
- ◯ Não sei/ prefiro não responder.

Gestores Disseminadores de Conhecimento

4. Há controle sobre o número de visitantes na UC?

- ◯ Sim, por meio da cobrança de ingresso na entrada.
- ◯ Sim, registrado pelos monitores ambientais/ equipe de uso público.
- ◯ Sim, de outras formas.
- ◯ Não, pois apesar de haver uma estrutura básica, a UC não tem controle da visitação.
- ◯ Não, pois não há estrutura básica para receber visitantes.
- ◯ Não, pois a UC não permite visitação.
- ◯ Não sei/ prefiro não responder.

5. Qual é a faixa de visitação anual na UC?

- ◯ Acima de 300 mil visitas/ ano.
- ◯ De 150 mil a 300 mil visitas/ ano.
- ◯ De 50 mil a 150 mil visitas/ ano.
- ◯ Abaixo de 50 mil visitas/ ano.
- ◯ Não há visitação.
- ◯ Não sei / prefiro não responder.

6. Há cobrança de ingresso para entrada na UC?

- ◯ Sim, e ao menos parte do recurso retorna à Unidade.
- ◯ Sim, mas o recurso não retorna à Unidade.
- ◯ Não há cobrança.
- ◯ Prefiro não responder.

Gestores Disseminadores de Conhecimento

7. Qual é a estimativa da receita relacionada ao uso público gerada dentro da UC?

Incluir venda de alimentos, produtos, serviços e atividades cobradas dentro da UC, ingresso etc.

- ◯ Acima de R$ 3 milhões ao ano.
- ◯ Entre R$ 1 milhão e R$ 3 milhões ao ano.
- ◯ Entre R$ 100 mil e R$ 1 milhão ao ano.
- ◯ Entre R$ 50 mil e R$ 100 mil ao ano.
- ◯ Até R$ 50 mil ao ano.
- ◯ Não há receita.
- ◯ Não sei/ prefiro não responder.

8. O turismo relacionado à visitação na UC tem potencial de crescer? Compartilhe conosco a sua perspectiva.

- ◯ Sim, e inclusive poderia ser um importante vetor de desenvolvimento econômico para a região, respeitando a capacidade de suporte.
- ◯ Sim, de forma modesta, para minimizar riscos de um turismo mal manejado.
- ◯ Não, pois já está no limite de carga da UC.
- ◯ Não, pois não haveria interesse por parte dos turistas.
- ◯ Não, pois a UC não permite uso público.
- ◯ Não sei/ prefiro não responder.

9. Há estrutura de apoio ao turismo no entorno da UC? (ex.: restaurantes, hotelaria, artesanato etc.)

- ◯ Sim, inclusive ajuda a atrair turistas à UC.
- ◯ Sim, está em desenvolvimento.
- ◯ Sim, mas muito tímida e acho que não tem perspectiva de crescimento.
- ◯ Não.
- ◯ Não sei/ prefiro não responder.

Gestores Disseminadores de Conhecimento

10. Sobre a SINGULARIDADE e QUALIDADE da experiência do visitante na UC, selecione as alternativas disponíveis. Nesta questão você pode selecionar mais de uma alternativa.

- ☐ Conta com ao menos uma atividade ou atrativo único no Brasil.
- ☐ Há divulgação associada à UC de produtos produzidos pela comunidade local.
- ☐ Conta com pesquisa científica realizada na UC e aplicada em prol das comunidades locais (ex. de aplicação: educação ambiental, desenvolvimento econômico etc.)
- ☐ Conta com questionários de satisfação do visitante aplicados e analisados.
- ☐ Nenhuma das opções apresentadas.
- ☐ Não sei/ prefiro não responder.

11. O impacto do uso público na conservação é monitorado?

Outro aspecto positivo e relevante que você gostaria de explicitar (especifique)

- ☐ Sim e os resultados são divulgados.
- ☐ Sim, mas os resultados NÃO são divulgados.
- ☐ Não, apesar do uso público acontecer.
- ☐ Não, pois não há uso público.
- ☐ Não sei / prefiro não responder.

12. Há parcerias com OSCIPs ou empresas do setor privado para estruturação e/ou oferta de bens e serviços turísticos?

Por parceria entendemos: concessões, cooperações técnicas, contratos de cogestão, autorização, permissão de uso etc. Caso tenha mais de uma situação, responda considerando a mais avançada.

- ☐ Sim, formalmente.
- ☐ Sim, informalmente.
- ☐ Ainda não há parcerias, mas eu gostaria que houvesse.
- ☐ Não há parcerias e prefiro que não haja.
- ☐ A UC não permite visitação.
- ☐ Não sei/ prefiro não responder.

Gestores Disseminadores de Conhecimento

13. Há concessões em operação na UC?

- Sim e foi precedida de um plano de negócios.
- Sim e NÃO foi precedida de um plano de negócios.
- Não, mas já houve tentativa através de editais.
- Não e NÃO houve tentativa através de editais.

14. As operadoras/ empresas de turismo contribuem com a gestão da área protegida?

- Sim. Há uma excelente cooperação, que inclui melhoria da qualidade da experiência do visitante, ações de conservação e inclusão do entorno.
- Sim. Há uma cooperação com foco na melhoria da experiência do visitante, observando critérios de mínimo impacto.
- Não. Há pouco contato com a gestão da UC.
- Não, pois não há operadoras/ empresas de turismo que trabalham com a UC.
- Não sei/ prefiro não responder.

15. Se você tivesse a possibilidade de fazer terceirizações para ampliar a oferta de bens e serviços turísticos, seria a favor?

Por terceirizações, entendemos: contratos de concessão, permissão de uso ou autorização.

- Sim, e seria a favor de um bom edital capaz de atrair o parceiro mais competente para esta função.
- Sim, e seria a favor de um bom edital capaz de atrair o parceiro mais competente para esta função, desde que sejam incluídos aspectos de melhoria socioambiental.
- Sim, mas preferiria priorizar um parceiro local, mesmo que este tivesse menor capacidade técnica e financeira.
- Não acredito que esta seja uma prioridade.
- Não, pois considero que o turismo prejudica a conservação.
- Não sei/ prefiro não responder.

Gestores Disseminadores de Conhecimento

16. Termos e bases deste concurso cultural (disponível no site www.semeia.org.br)

◉ Eu declaro que li e aceito os termos e bases deste concurso cultural.

17. Espaço livre para comentários